



Anais da Assembléia

Nº 73

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE MAIO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB** - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Joelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB** - 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caetano Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB** - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB** - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL** - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT** - 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 47.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1996
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Peto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Flio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Posinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Anunciando em nossas galerias e em nosso recinto, nos corredores, aqueles que não puderam aqui assistir a presença dos senhores servidores públicos deste Paraná, que conosco somam as suas reivindicações em melhores salários, bem como o Grito da Terra Paranaense, que com todos os 54 Senhores Deputados desta Casa também fazem com que o seu grito seja endossado por todos os Senhores Parlamentares.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - O § 3º do Art. 61 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar a seguinte redação:

"3º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á em Sessão Preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano de legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de (dois) anos".

Sala das Sessões, em 27.05.96.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento: Cleiton Kielse, Nelson Tureck, Eduardo Trevisan, Duílio Genari, Marquinhos Alves, Caíto Quintana, César Seleme, Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Túlio, Augustinho Zucchi, Reny Borsatto, Luiz Carlos Zuk, Toti Colaço, Nereu Moura, Jocelito Canto, Plauto Miró Guimarães, Sâmis da Silva, Luiz Claudio Romanelli, Carlos Simões, Orlando Pessuti, Geraldo Cartário, Edno Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Miltinho Puppio, Flio Rusch, Albanor Gomes, José Maria Ferreira, Walmor Trentini, Peto Richa, Techy Filho, Rossoni, José Tavares, Neivo Beraldin, Joel Coimbra, Durval Amaral, Antonio Annibelli, Basílio Zarusso, Ricardo Chab, Edson Silva Lino e Cezar Silvestri.

JUSTIFICATIVA:

A propositura da presente Emenda constitucional faz-se propícia já que na esfera federal procura-se implantar a re-eleição para Presidente da República e deseja-se, igualmente, plantar a idéia de reeleição para os Prefeitos Municipais.

Tal posição nasce do fato de se poder possibilitar àqueles mandatários, representantes da vontade popular, de serem reconduzidos em seus cargos por terem cumprido sua missão de modo satisfatório e condizente com os anseios daqueles que os elegeram.

Outrossim, muitas vezes o tempo do mandato é exíguo para que o mandato se propôs, não conseguindo concluir, plenamente, seus objetivos e metas.

Entendemos cabível a nossa proposição, visto que nada mais justo a reeleição do portador de um cargo que não teme em disputar uma nova eleição, já que é sabedor da aceitação implícita de sua gestão por aqueles que lhe deram seus votos de confiança.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário votos de congratulações pela passagem do 129º aniversário de emancipação política do Município de Tomazina no próximo dia 02.

Curitiba, quarta, em 29.05.96

Requer, ainda, que da decisão do douto Plenário seja comunicado o Senhor Artur Miguel Cardoso, Prefeito Municipal de Tomazina - PR.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) FÉLIX RITCA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário de emancipação política do Município de Tomazina, assinalado naturalmente por festividades, deve ser destacado nesta Casa de Leis, pela sua pujança e desenvolvimento.

Graças a clareza dos que a dirigem, o município acha-se em pleno desenvolvimento, explorando suas potencialidades, motivo de orgulho para comunidade local.

REQUERIMENTO N° 187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de congratulações a Excelentíssima Senhora Família de Salles Belinati, pela comemoração do seu aniversário no dia de hoje, conforme disposto no artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO N° 189

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Nave Ingá Armazéns Gerais Ltda., alusivos à inauguração da sua Estação Aduaneira Interior - FADI, que ocorrerá no próximo dia 05 de maio, em Maringá - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Diretoria daquela empresa, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Sabiá n° 800, CEP: 87070-400, Maringá - PR.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) ORLANDO PERSSUTI

REQUERIMENTO N° 195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Benedito Ferreira e Célia Lemes da Silva, que completou 35 anos de união conjugal, comemorando "Rodas de Coral". Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar,

a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, proponho a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o Casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 196

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Sebastião e Alzira Sinau, que completou 50 anos de união conjugal, comemorando "Rodas de Ouro". Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, proponho a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o Casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 201

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações com a Primeira Igreja Batista de Curitiba, pelo transcurso dos 82 anos de sua fundação.

A Primeira Igreja Batista de Curitiba, durante os 82 anos de sua existência, tem prestado relevantes serviços à comunidade paranaense, não apenas na parte espiritual, como na social, nesta, desenvolve um trabalho dos mais meritórios, destacando-se os seus inúmeros corais, inclusive um de surdos-mudos, que é exemplo para todo o Brasil.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à Diretoria da Primeira Igreja Batista do Paraná, na pessoa de seu dirigente, Pastor Marcílio.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 204

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão votos de congratulações ao Juiz Dr. Octavio Jorge de Cesar Valeixo que ho-

Je 29.05.96 às 17:00 horas toma posse no Cargo de Desembargador, na vaga aberta com a aposentadoria do Desembargador Plínio Cachuba. Nascido em Curitiba em 19 de maio de 1935, o novo Desembargador é filho de José Cesar Valeixo e Isolda Valeixo. Formou-se em Direito em 1959, pela Faculdade de Direito de Curitiba.

Ingressou na magistratura em 1964, como Juiz Substituto, cargo que exerceu nas seções Judiciárias de União da Vitória, Irati e Apucarana. Em 1966, foi nomeado Juiz de Direito da recém instalada Comarca de Mandaguai. Exerceu estas funções judicantes, também, nas Comarcas de Paranacity, Telêmaco Borba e Curitiba.

No período de 1979 a 1990, foi titular da 1ª Vara de Delitos de Trânsito, onde conseguiu consolidar a tese do dolo eventual nos crimes de trânsito. Em 1990, foi promovido ao cargo de Juiz do Tribunal de Alçada. O Juiz Cesar Valeixo integrou, no período de 1979 a 1988, em Brasília, o Grupo Interministerial de Segurança de Trânsito. Em razão do trabalho desenvolvido na área de delitos de trânsito, foi um dos membros fundadores e presidente por dois períodos do Conselho Comunitário de Trânsito de Curitiba, além de coordenador estadual do Programa "PARE" do Ministério dos Transportes.

Uma das "grandes estrelas" que fazem luzir no cenário nacional, com maior brilho, a grandeza da Magistratura Paranaense, o Juiz Octavio Jorge de Cesar Valeixo, com certeza em muito enaltecerá a Corte Suprema do nosso Estado, com sua sabedoria, equidade, senso de justiça e amor ao próximo.

Assim, não poderia este parlamentar, nesta ocasião, deixar de apresentar o presente requerimento homenageando o nobre amigo.

Contando com o apoio dos nobres pares, solicita que o expediente solicitado seja encaminhado para o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Praça Nossa Senhora de Saete, s/nº - Palácio da Justiça - CEP 80.530-912.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) FICARDO CHAP

REQUERIMENTO Nº 205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Jornal "Voz do Paraná", que depois de um período de inatividade volta a circular semanalmente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Diretores do Jornal "Voz do Paraná", bem como ao Doutor

Furo Prandão, Magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e a Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto Arcebispo Metropolitano.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(aZ) ANTONIO ANNIPELLI

JUSTIFICATIVA:

Quarenta anos após sua fundação, sob a direção dos irmãos Maristas, depois de um período de inatividade, volta a Circulação Semanal e normal o Jornal "Voz do Paraná" com sua designação tradicional e com potencialidade reforçada com a integração plena ao Sistema de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Fundado em 27 de maio de 1956, por iniciativa do saudoso Arcebispo Dom Manuel da Silveira D'Elboux.

Fundar um jornal é instalar um farol. Com efeito, qual é o destino do Farol?

Alertar sobre um perigo, o navio que singra os mares, ou nortear-lhe a rota a seguir. Assim, o jornal mostra ao povo os perigos que o ameaçam, ao mesmo tempo que o aconselha na orientação a seguir.

Grande é, pois, a responsabilidade que um jornal assume perante o público. Alavanca da opinião deve o jornal cercar-se de cuidados, para que a opinião pessoal de seus redatores não venha a influir de um modo maléfico sobre o leitor.

O jornal é sem dúvida, nos tempos modernos, a maior força que a mão do homem já empenhou. A comunicação com o público por meio do jornal tem sua profundidade, com a notícia completa, detalhada, satisfazendo, assim, a curiosidade do leitor.

O jornal tem para com seu público deveres que o inibem de descambar para o sensacionalismo. Órgão essencialmente informativo a ele cabe pôr seus leitores a par dos acontecimentos sem deturpar ou alterar.

Dai decorre a grande responsabilidade que pesa sobre seus dirigentes, colaboradores e orientadores.

Não é sem razão que a imprensa é considerada o quarto poder. Sentinela vigilante, a ela compete fiscalizar os atos daqueles que mantêm uma parcela do poder público.

O jornal, é pois o farol a espantar as trevas e é alavanca a impulsionar o progresso.

Nós, os católicos temos agora "Voz do Paraná", com alegria redobrada, é portanto, motivo de grande júbilo a sua volta. A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, se associa, como representante do povo.

REQUERIMENTO Nº 207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no

uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de congratulações a Excelentíssima Senhora Emília de Salles Belinati, pela comemoração do seu aniversário no dia de hoje, conforme disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 212

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações com a Escola de Pais do Brasil - Seção do Paraná, pelo sucesso do Seminário Regional, realizado nesta Capital, no último dia 25. O Seminário enfocou diversos assuntos ligados a qualidade de vida da família, procurando mostrar a necessidade que tem a sociedade quanto a estabilidade familiar e a formação e manutenção do vínculo familiar.

Requer, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à diretoria da Escola de Pais do Brasil - Seção de Curitiba (Rua Desembargador Westephalen, n° 15 - 5° andar, conj. e - Ed. Dante Aleghieri).

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de louvor ao Comando do Corpo de Bombeiros da Capital, pela comemoração dos seis anos de existência do SIATE em Curitiba, prestando grandes serviços à comunidade, com muita eficiência, conforme disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de louvor ao Comando da Polícia Militar do Paraná, pela comemoração dos seis anos de existência do SIATE em Curitiba, prestando grandes serviços à comunidade, com muita eficiência, conforme disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Giovanni Gionédís, requerendo a remessa a esta Casa de Leis, de cópia da Sindicância realizada na CODAPAR, que apurou os atos praticados pela diretoria afastada recentemente.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Já é público e notório que o Governo do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, determinou uma sindicância para apurar os atos lesivos ao Patrimônio Público, pela diretoria afastada recentemente da CODAPAR.

O Secretário Chefe da Casa Civil, em pronunciamento feito dias atrás, no encontro do PDT em Cascavel, enfatizou o resultado da investigação e não escondeu de ninguém, que houve irregularidades. Por isso, esta Casa de Leis, precisa se inteirar dos fatos, até para não cometer injustiças pelo teor do discurso do Chefe da Casa Civil. Tem pessoas que participaram da administração da CODAPAR, mas que culpa não possuem pelas falcaturas. Então, precisamos ficar sabendo quem são os culpados, quais foram os desmandos e qual o montante de prejuízo causado ao erário público estadual.

REQUERIMENTO N° 190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Deputados Federais e Senadores do Paraná, reivindicando esforços da bancada do Paraná no Congresso Nacional, para solucionar o drama de 35 mil famílias de paranaenses, mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, dos programas PAIH, PFP e PROHAP, que vivem diariamente com problemas oriundos dos programas habitacionais desenvolvidos durante o governo Collor de Mello, que apresentam-se na qualidade das moradias e nas prestações que as famílias não conseguem saldar.

Que conste no expediente, a expectativa da Assembléia Legislativa do Paraná, na busca de uma solução definitiva, a qual deverá envolver o Congresso Nacional, a Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS.

A proposta dos mutuários, coordenados pela Federação das Associações de Moradores do Paraná - FAMOPAR, centra-se na redução das prestações para um referencial

de 20% do salário mínimo, para moradias de 18 à 27m.; investigação e divulgação dos desvios dos recursos do FCTS e a paralisação das execuções judiciais por parte da Caixa Econômica Federal, até que seja encontrada a solução definitiva para tais problemas.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de Telefones DDD, no Distrito de Vidigal, Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Vidigal está localizado a 13 Km de distância do Município de Cianorte, conta com uma população de aproximadamente 3.000 habitantes, que são atendidas por apenas 01 linha no Posto de Serviço, insuficiente para satisfazer aos pedidos de ligação da população.

Em consequência da não existência deste meio de comunicação tão importante, muitas famílias já deixaram o Distrito, principalmente várias Indústrias que tinham intenção de ali se instalar, prejudicando assim o seu desenvolvimento.

REQUERIMENTO N° 194

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo nas proximidades da Faculdade TUTUMI, localizado no bairro das Mercês, principalmente no horário da saída dos alunos do período noturno, a partir das 22:30 hs. até às 23:00 hs.. O local é muito perigoso e escuro. Muitos alunos foram assaltados desde o início do ano e os assaltos continuam ocorrendo todas as noites. Até tentativas de estupros ocorrem constantemente, uma vez que muitas alunas estudam nessa Faculdade e como o local é muito escuro, torna-se propício para os marginais e bandidos ali agirem. A situação encontra-se realmente muito delicada, necessitando-se urgentemente da presença de policiais nas redondezas da Faculdade, a fim de que esses marginais sejam capturados e os alunos sintam maior segurança.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 197

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido de moradores do bairro Jardim Santa Helena, os quais solicitam que a carrocinha para recolher cachorros nas ruas passe em todo esse bairro. Ocorre que há muitos cachorros soltos circulando pelas ruas, o que causa apreensão às pessoas uma vez que elas podem ser atacadas por esses animais..

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 202

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública - Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira - solicitando estudos para a criação do 13° Distrito Policial de Curitiba a ser instalado no Bairro do Sítio Cercado.

Face a necessidade e importância da presente solicitação, espera este parlamentar contar com o apoio dos seus nobres pares.

O expediente solicitado deverá ser encaminhado para Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira - Secretário de Estado da Segurança Pública - Rua Deputado Mário de Barros, 1290 - Edifício Caetano Munhoz da Pocha - CEP: 80.530-913 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 203

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Ivo Mendes Lima, Digníssimo Presidente da Companhia de Habitação Popular de Curitiba, solicitando seja agilizada a doação do terreno no Bairro Novo, nesta Capital, onde será construída a Companhia da Polícia Militar que atenderá o bairro.

Conforme é público e notório, através das diversas notícias veiculadas na imprensa escrita e falada de nossa Capital, o índice de violência registrado no Bairro Novo é alarmante. Hoje são 50.000 (cinquenta mil) moradores que estão sofrendo com essa situação e, com os novos assentamentos previstos para a área, daqui há alguns meses, esse número estará acrescido com mais 5.000 (cinco mil) moradores.

Assim, face a importância da instalação da CIA da Polícia Militar naquele bairro, espera este Parlamentar, poder contar com o apoio dos nobres Pares ao presente requerimento, sendo que o expediente solicitado deverá ser encaminhado para Dr. Ivo Mendes Lima - COHAB - CT - Rua Capitão Souza Franco, 13 - Batel - Curitiba/PR - CEP: 80.730-420.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 209

Senhor Presidente.

Os adiante nominados, Deputados com assento nesta Casa, REQUEREM à Mesa sejam expedidas correspondências ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, e ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Luiz Eduardo Magalhães, repudiando a tramitação, no Senado Federal, de projeto de lei visando a alteração do Código Penal, através do qual o Senador José Bonifácio, do PPB de Tocantins, pretende alterar a idade da violência ficta no crime de estupro, baixando-a de 14 anos para 12 anos.

Essa legitimação só agrava a situação das ofendidas nesse tipo de crime, haja vista que o senso comum sempre culpa a vítima, levando a crer que esta sempre induz o criminoso à prática dessa espécie de delito, motivo pelo qual muitas mulheres deixam de denunciar os fatos às autoridades competentes.

A impunidade nos casos de estupro é um fato. Assim, o Poder Legislativo Federal não precisa contribuir para agravar o problema.

Indaga-se se está sendo agilizada a aprovação de projeto de lei que também tramita no Congresso no intuito de transformar o estupro em crime contra a pessoa, de autoria da Deputada Marta Suplicy.

É inconcebível que atrás de mudanças culturais e sociais se esconda o ranço machismo, que acha natural uma menina ser estuprada. Em razão desse tipo de conduta, pesquisas mostram o grave problema da prostituição infantil. Isso não acontece somente nas classes economicamente desfavorecidas e nem somente a pessoas do sexo feminino. Também meninos são prostituídos, sofrem atentado violento ao pudor e toda essa situação fica enrustida atrás de conservadorismo hipócrita.

As informações colocadas à disposição das crianças pelos meios de informações são sem dúvida, na maioria das vezes, de qualidade e gosto duvidoso. Contudo, isso não implica que a cognição desses jovens seja igual em todas as faixas etárias.

Considera-se vergonhosa a decisão prolatada pelo Ministro Marco Aurélio de Mel-

lo, do Supremo Tribunal Federal, que concedeu "habeas corpus" ao encanador mineiro Márcio Luiz de Carvalho, preso sob a acusação de estuprar uma menor de apenas doze anos. É a legalização do estupro, é o distanciamento da Justiça, que se elitiza e perde o contato com as suas finalidades mais puras. A convivência social certamente ficará mais violenta, porque crianças perderam o direito à proteção da lei. Não se pode considerar uma menina de doze anos uma mulher, trata-se de pessoa absolutamente incapaz nos termos do artigo 5º, I, do Código Civil.

Se a criança, atualmente, tem a respectiva educação desvirtuada, deve ser apurada a culpa das pessoas que detêm o pátrio poder, das autoridades constituídas que são permissivas em relação a crimes contra menores, sendo que estes não são capazes de se defender sozinhos. As questões sociais envolvidas são muitas e a licenciosidade introduzida na vida social é exacerbada por políticas que vêm de cima, dos meios de comunicação que são controlados por grandes grupos econômicos com o apoio das autoridades governamentais.

A impunidade não deve ser o paradigma, a Justiça não deve ficar apenas no mundo do dever-ser. O mundo do ser clama por essa Justiça que, parece, cada dia se encontra mais distante.

É preciso deixar claro que não foram duas pessoas que se sentiram profundamente atingidas com essas decisões grotescas do Senador-autor do referido projeto de lei e do Ministro do STF. Diariamente, os jornais do Estado do Paraná têm noticiado que foi legitimado no STF o estupro de meninas de doze anos de idade. Esse assunto é delicado e o respeito à pessoa humana não deve ser considerado anacrônico.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(aa) EMERSON NEFONE
IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO N° 210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEIR, após ouvido o douto Plenário, seja enviado correspondência ao Excelentíssimo Senhor Doutor Hitoshi Nakamura, Secretário Estadual do Meio Ambiente convocando-o a dar explicações em Sessão Plenária Especial, a ser marcada, sobre as razões que levaram o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a autorizar a estocagem de resíduos industriais (Classe 2) no Município de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme documento de autorização de

liberação da estocagem do lixo industrial, classe 2, de autoria do Instituto Ambiental do Paraná, fica claro o ato de irresponsabilidade e de intromissão deste órgão da Secretaria do Meio Ambiente sobre a soberania municipal de Quitandinha. Explica-se: além do estabelecimento liberado para estocagem do resíduo não possuir alvará para tal atividade, o IAP sequer fez um levantamento de impacto ambiental para examinar os riscos provenientes deste lixo. A população daquele município está perplexa e indignada com a atitude do IAP e pede uma explicação ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, Excelentíssimo Senhor Doutor Hitoshi Nakamura. Sendo assim, como representante daquela região e especialmente daquela cidade na Assembleia Legislativa solicitamos a presença do Secretário do Meio Ambiente nesta Casa de Leis para explicar os motivos que levaram o IAP a expedir a liberação para a Empresa Moura e Seeling Cia. Ltda., estrada de São Gabriel s/n, bairro São Gabriel, Município de Quitandinha, estocar resíduos industriais (classe 2) que podem produzir graves riscos à saúde da população daquele município. E pasmem! A referida liberação em questão foi feita para atender uma indústria de São Paulo onde a estocagem de tal produto é determinadamente proibida. A empresa paulista, sediada em Diadema é Henkel S/A Indústrias Químicas.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 223/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado, com fulcro nos artigos 87, XVII, e 54, XXI, da Constituição do Estado do Paraná, a celebrar convênio com a Fundação APC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária, com sede e foro no Município de Castro - PP, para que esta possa atuar como entidade oficial de pesquisa.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) PLAUITO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Fundação APC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária, foi instituída oficialmente em 23 de outubro de 1984, sendo resultado de um encontro de vontades entre as Cooperativas ABC e a Central de Laticínios, que vislumbraram na sua criação para os problemas existentes na agropecuária.

Atualmente faz a orientação quanto à utilização de novos equipamentos para

plantio, necessidade de rotação de culturas e a nova sistemática de análise econômica, entre outras atividades de igual importância.

Apresenta entre seus objetivos a realização de pesquisas no campo da Fitotecnia, Ecologia, Química, Engenharia, Economia, Administração Rural, Nutrição, Fisiologia e seus ramos tais como a reprodução genética.

A referida fundação desenvolve trabalhos de extrema importância para o aperfeiçoamento do nível técnico e da produtividade agrícola do Estado do Paraná, sendo declarada de Utilidade Pública Municipal em 19 de setembro de 1995.

Em virtude dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres Parlamentares desta Casa o seu importante apoio para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 224/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Considera-se impacto sócio-ambientais aqueles que causam rupturas nas condições sócio-econômica e cultural dos afetados, o remanejamento e subsequente reassentamento das populações que habitam a área a ser inundada, e ainda a desarticulação das economias locais e regionais, decorrentes da saída de produtores, prestadores de serviço, comerciantes e consumidores para outras regiões, em consequência da instalação de projetos de barragens.

Art. 2° - Define-se impacto sócio-econômico aquele que interfere direta ou indiretamente nas atividades sociais e econômicas, sendo qualquer atividade de produção e consumo, os bens e serviços no processo de interação do homem com o ambiente, prioritariamente as atividades vinculadas às fontes de recursos naturais.

Parágrafo Único - A interação homem/ambiente compreende também as organizações sociais, espacial e o ordenamento territorial, sendo:

I - Os espaços domésticos, áreas de moradia, fontes de recursos naturais e de produção;

II - Espaços comunitários, templos religiosos, cemitérios, escolas, equipamentos comunitários entre outros;

III - As relações de parentesco, vizinhança e de trabalho.

Art. 3° - Compete ao órgão licenciador, o Instituto Ambiental do Paraná, o processo de análise dos Estudos de Impactos Ambientais e respectivos Relatórios de Impacto Ambientais e, ainda, o acompanhamento e monitoramento das medidas mitigadoras, compensatórias, do planejamento e execução do reassentamento em conjunto com

as comunidades afetadas.

Art. 4º - Consideram-se, entre outras, medidas mitigadoras do impacto negativo causado pelo deslocamento da população afetada por barragens, as seguintes ações, devendo constar na Avaliação do Impacto Ambiental:

I - A titulação das posses havidas como legítimas ou regularizáveis na área;

II - A participação da população direta ou indiretamente afetada em todas as etapas de planejamento e execução dos planos, programas e projetos, compreendendo pré-viabilidade, construção, operação e desativação;

III - Reassentamentos, parte integral do projeto, expresso em um programa essencial de desenvolvimento sócio-econômico comunitário;

IV - A viabilização e projetos de reassentamento deverá conter a previsão de recursos financeiros específicos aos diversos programas e garantir a disponibilidade destes recursos em escala adequada a partir da etapa do projeto básico, tendo inclusive estoques de terras para a implementação de reassentamentos;

V - Os trabalhos rurais, pequenos produtores, proprietários ou não, meeiros, parceiros, arrendatários, entre outros, que residam comprovadamente na área na época do cadastro sócio-econômico, terão tratamento preferencial e prioritário no processo de reassentamentos;

VI - As áreas de reassentamento deverão estar localizadas preferencialmente na mesma região, minimizando o impacto sócio-cultural sobre a população deslocada e as comunidades receptoras;

VII - O projeto de reassentamento deve conter as expectativas de vida e da cultura dos reassentados desde a fase de concepção;

VIII - Em caso de indenização deve-se priorizar "terra por terra" em vez de "dinheiro por terra", incluindo nesse conceito a existência de títulos não legais de posse da terra, considerando-se também a terra nua e as benfeitorias existentes;

IX - Garantir a participação dos reassentamentos e das comunidades receptoras no processo de planejamento e manufaturamento, estendendo-se a elas programas de assistência técnica;

X - Compensações financeiras que cubram os custos dos bens perdidos;

XI - Assistência técnica gratuita antes, durante e pelo menos cinco anos após o reassentamento, e que os técnicos sejam indicados pela organização dos afetados;

XII - Participação direta no aproveitamento dos projetos, como "royalties" e outros;

XIII - Manter o lastro de vizinhança e parentesco, ou realizar a distribuição

de vizinhança, segundo os interesses da comunidade.

Parágrafo Único - A obra civil da barragem deverá iniciar-se somente após a conclusão do remanejamento completo da população afetada.

Art. 5º - O monitoramento do reassentamento será efetuado pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) em conjunto com os reassentados e a concessionária e deverá conter o seguinte procedimento:

I - Estabelecer critérios e indicadores, levantar dados, realizar audiência pública, instalar modelo de risco sócio-ambiental;

II - Planejamento, definir construção, financiamento, cronograma e detalhes técnicos, integração ao planejamento civil e financeiro da obra, definir supervisão de manejo, seminários técnicos, instalar conselho de reassentamento;

III - Decisões sobre o planejamento, reuniões, audiência pública, instalar sistema de alerta social, definir inspetores de reassentamento;

IV - Auto controle após dez anos do reassentamento, relatório anual do empreendedor, inspeção e supervisão permanente de inspetores de confiança da comunidade;

V - Observação permanente e participativa, entrevista formal e não formal, manter um banco de dados;

VI - Manter um acompanhamento específico e educativo de reorganização junto as famílias, principalmente as mulheres trabalhadoras;

VII - Manter em conjunto com órgãos envolvidos e os reassentamentos, um comitê para avaliar áreas problemáticas, efetivar medidas corretivas e lançar novas propostas para o melhoramento das condições de vida dos reassentados;

VIII - Promover um processo de comunicação direta com os reassentados, através de reuniões informativas, entrevistas, relatórios e observações de campo;

Art. 6º - O valor, a forma e os critérios das indenizações e do reassentamento, a compra das terras e a escolha das mesmas, o cronograma, a operacionalização das atividades pertinentes serão definidas em deliberação de uma câmara técnica multidisciplinar que será responsável pela elaboração da metodologia de trabalho.

Art. 7º - A Câmara técnica terá a seguinte composição:

I - Cinco representantes dos atingidos;

II - Dois representantes do IAP;

III - Um representante do Ministério Público ligado ao Meio Ambiente;

IV - Dois representantes das Prefeituras afetadas;

V - Dois representantes das Câmaras de Vereadores dos Municípios afetados;

VI - Três representantes da empresa concessionária de energia, sendo um deles coordenador das atividades do grupo;

VII - Um Deputado representante da Assembleia Legislativa do Paraná.

Art. 8º - O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) deverá realizar audiência a Resolução 09/87 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.96

(aa) [PINEI COLOMBO]

NEPEI MOURA

JUSTIFICATIVA:

Em nosso estado, muitos foram e estão sendo obrigados a saírem de seu meio natural e de convivência comunitária, em benefício da produção de energia para o Brasil. Estes paranaenses não têm escolha, não decidem sobre a construção da usina, não participam dos processos de remoção, causando forte impacto sobre suas vidas e de seus familiares, sem nenhuma outra compensação.

O deslocamento de populações, quando se constrói uma nova usina é traumático, às vezes até trágico, para aqueles que são compulsoriamente deslocados de uma localidade ou meio em que se adaptou e planejou sua vida e de seus familiares.

Estas pessoas ao serem obrigadas a saírem, têm os vínculos de vizinhança, de amizade, de relacionamento com a comunidade local e com os recursos naturais disponíveis interrompidos, causando desolação, revolta contra a obra e seus executores. Mas isso ainda é pouco, pois a maior seqüela é o desarranjo de sua atividade econômica, pois em novo local tudo será diferente, e nova adaptação ao meio é demorada e às vezes impossível.

Vá o caso do pescador que vivia dos recursos do rio Iguaçu. Pescava diariamente o suficiente para vender e comprar alimentos, utensílios e roupas. Morava às margens do rio numa cabana, assim se sentia muito feliz. Veio a obra e ele foi obrigado a se transferir. Ganhou, no reassentamento, dez alqueires de terra, casa e demais benfeitorias agrícolas. Para quem não tinha nada, aos olhos de outros, ganhou demais, pois não tinha nada em seu "nome". Engano, ele tinha os recursos naturais do rio, se adaptou e dele sobrevivia. Ganhou casa mas prefere a cabana, ganhou a terra mas não sabe trabalhar nela; não pode mais pescar, caiu em profunda depressão, se nega a tomar banho de chuveiro, não quer mais trabalhar, se nega a viver.

Contudo, temos a experiência dos atingidos da Usina do Salto Caxias, onde o resultado contemplou pelo menos 80 por cento

dos atingidos, o impacto sócio-econômico está sendo minimizada extremamente. Pois lá foi implantado um Grupo Multidisciplinar, aperfeiçoado metodologia e discussões sobre indenizações e reassentamento. Neste processo participaram os atingidos, os prefeitos, vereadores, o Ministério Público, a COPEL e Deputados Estaduais, foram assessorados por técnicos, resultado num excelente exemplo para o Brasil em termos de mitigação do impacto de obras de barragem. Sobre este exemplo concreto de Caxias é que preparamos o presente projeto de lei, que nasce experimentado.

Para que o povo paranaense não pague com a desagregação familiar e com a desarticulação de sua atividade econômica, e conclamamos pela aprovação desta lei, para que possamos cada vez mais produzir energia para o Brasil, com menor impacto sócio-econômico.

PROJETO DE LEI Nº 225/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a determinar que a COPEL e SANEPAP fixem no limite máximo de 2% (dois por cento), a multa cobrada dos usuários, pelo atraso no pagamento de faturas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.96

(a) SÂMS DA SILVA.

JUSTIFICATIVA:

A Lei 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor), no seu Art. 52, § 1º, dispõe que "as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigação no seu termo não poderão ser superiores a 10% (dez por cento) do valor da prestação", sendo este índice máximo utilizado pelo comércio a título de pena pecuniária, no caso de atraso no pagamento de faturas, do qual também se utiliza a COPEL E SANEPAR.

Todavia, vale lembrar que na época da edição da referida Lei, o Brasil experimentava uma inflação mensal altíssima, daí até se justificar esse índice máximo de 10% cobrado por atraso.

Hoje, a atual conjuntura econômica é outra, e o País está com estabilidade econômica, atingindo mensalmente a inflação, a média de 1,5%.

Diante desse fato, devemos esquecer a cultura inflacionária e viver uma nova fase da economia brasileira. Por isso, a nossa proposição de reduzir esse índice de 10% para no máximo 2%, o qual está mais próximo da realidade econômica por que passamos.

A Assembléia Legislativa
Do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) VALTOM TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A APM do Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, é uma associação civil sendo órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento, sem fins lucrativos, de duração limitada, com sede e foro no Município de Paranavaí.

São objetivos da APM prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar, a integração da comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade, proporcionar reais condições no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estaduais, representar os pais de alunos junto à escola conforme Resolução nº 2000/91; promover o entrosamento entre os pais, alunos, professores e membros da comunidade, através de entidades sócio-educativa-desportivas, contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios e prioridade, sendo as condições dos educandos fator de máxima prioridade.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública.

Tendo em vista os motivos supracitados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 227/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a criar, regulamentar, e instalar o Programa "Cooperativas distritais".

Art. 2º - O Programa "Cooperativas Distritais" propiciará infra-estrutura adequada para recebimento, beneficiamento e comercialização da produção agrícola, fornecimento de insumos e formação e manuten-

ção de uma equipe técnica para a prestação de serviços especializados nas propriedades familiares, visando aumento da renda mínima na área rural.

Art. 3º - O plantio será determinado de acordo com as necessidades e vocações da região, previamente estabelecidas por uma equipe técnica em conjunto com os próprios agricultores cooperativados.

Art. 4º - Toda Propriedade Familiar considerada dentro da competência do modelo (micro-pequena e média) poderá ser uma cooperativada.

Parágrafo Único - Propriedade Familiar é o imóvel rural que direta e pessoalmente é explorado pelo agricultor e sua família.

Art. 5º - O Programa repassará como Subsídio um percentual sobre o valor total auferido na comercialização do produto agrícola, que será entregue e comercializado na Cooperativa Distrital com 15% acima do valor de mercado praticados no dia da operação.

Parágrafo Único - O valor à que se refere o caput deste artigo é o diferencial de 15% o qual será o lucro real e social que o produtor receberá, aumentando desta maneira a sua renda familiar, como forma de manutenção e valorização do homem no campo.

Art. 6º - O financiamento para cobrir os custos do Programa à que se refere o artigo 1º, será determinado: a) pelo FANESTADO; b) pelo FDE - Fundo de Desenvolvimento do Estado; c) pelo Fundo da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e outras formas regulamentadas pelo Governo do Estado, todos eles, pelo sistema de equivalência produto.

Art. 7º - O Governo do Estado do Paraná, regulamentará em noventa dias a presente Lei.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) RENATO ADUR

Apoio: Nereu Moura, Emerson Nerone, Edson Silva Lino, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Irondi Pugliesi, Albano Gomes, Caio Quintana, Péricles Mello, Luiz Claudio Romaneli e Valdir Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

Muito se tem falado sobre o problema que vem se agravando dia-a-dia em todo o território nacional, denominado Movimento Sem Terra e Invasões.

Os conflitos têm sido de grande monta

e a tendência é agravarem-se a cada dia, em todos os Estados da Nação. As medidas preconizadas pelas entidades governamentais são de pouca eficácia aliada a uma má vontade política de solucionar definitivamente o impasse.

Acontece que, se não houver medidas urgentes e de resultado prático, as consequências sociais serão as mais desastrosas possíveis.

Perderão os trabalhadores rurais, perderão os proprietários das áreas invadidas; perderá o governo e perderá, principalmente o povo brasileiro que clama por um desenvolvimento econômico com justiça social no campo, mais emprego e ordenamento nas cidades, e uma real elevação do nível educacional da nossa gente.

Nada adianta querer arrebanhar centenas de famílias dos mais diversos rincões deste país e assentá-las numa determinada área com características completamente diferenciadas em tipo de solo, clima, vegetação, daquelas que essas famílias estavam acostumadas a trabalhar durante toda a sua vida, herdadas de seus ancestrais, que foram os desbravadores dos sertões no século passado e, hoje, expulsadas do campo pela política agrícola maldosa e maldosa utilizada pelos sucessivos governos da República.

Segundo o próprio Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sarandi-PR, Osvaldo Collet, não adianta dar a terra a cinco, enquanto dez estão abandonando a agricultura.

Antes da Reforma Agrária é preciso uma política agrícola. Existe a necessidade de uma política agrícola para o setor. Já o Presidente da ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária, Luiz Carlos Guedes, afirma que o Brasil nunca teve uma Reforma Agrária e o que está sendo feito agora não pode ser considerada reforma agrária.

Para ratificar essa afirmativa o INCRA diz que apenas 10% dos 1.100 assentamentos existentes no país, podem ser considerados bem sucedidos.

Segundo o próprio INCRA vários são os problemas que concorrem para o fracasso do modelo, considerado superado: distribuição de terras de má qualidade; a venda de lotes por parte dos assentados; a baixa produtividade do cultivo; a falta de assistência técnica e a inexistência de uma política global de reforma agrária.

A verdadeira política agrária é aquela que proporciona ao agricultor a justa remuneração à sua produção, propiciando condições de vida digna e próspera no meio rural.

Com a implantação das cooperativas distritais o investimento do Governo terá retorno social garantido através da fixação do homem no campo, evitando com isso o

processo migratório suicida que vem descaracterizando nosso País.

PROJETO DE LEI N.º 228/96
A Assembleia Legislativa
Do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Doutor Camargo-PR-APAE, com sede no Município de Doutor Camargo e foro no Município de Maringá-PR.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Doutor Camargo-PR-APAE, é uma entidade civil de caráter filantrópico que tem por finalidade a assistência à saúde e à educação dos excepcionais, proporcionando de forma gradativa à sua reintegração à sociedade.

Consta entre suas atividades assistência médica e alimentar aos excepcionais, programas de desenvolvimento de suas aptidões, entre outros.

Em suma, este trabalho reveste-se de imensa importância social, tendo em vista a atenção dedicada a este segmento da comunidade.

Por estas e várias outras atividades desenvolvidas, de tão nobre valor social, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual por esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Anunciando em nossas galerias e em nosso recinto - nos corredores aqueles que não puderam aqui assistir - a presença dos senhores servidores públicos deste Paraná, que conosco somam as suas reivindicações em melhores salários; bem como o Grito da Terra Paranaense, que com todos os 54 Senhores Deputados desta Casa também fazem com que o seu grito seja endossado por todos os Senhores Parlamentares.

De acordo com toda a anuência de toda a Mesa Executiva desta Casa, que representa os Senhores 54 Deputados, vamos dar o Pequeno e o Grande Expediente para que a voz do Grito da Terra Paranaense, e principalmente as reivindicações dos senhores servidores públicos do Estado, tenham nesta Casa a liberdade total de externar os seus pensamentos.

Concedo a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi, que fará a apresentação de quem irá falar em nome dos senhores servidores públicos do Estado do Paraná.

DR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, caros servidores públicos do Estado do Paraná, agricultores do movimento Grito da Terra Brasil.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a Vossa Excelência pela compreensão democrática que teve e pelo espaço, que democraticamente concede, como tradicionalmente tem feito esta Casa de Leis àquelas que procuram a Assembléia Legislativa, caixa de ressonância dos anseios da população do nosso Paraná, para colocar aqui, seus anseios e as suas reivindicações. Portanto, em nome de todos os nossos companheiros parlamentares agradecer a deferência que Vossa Excelência está dando nesse momento, para que os servidores possam aqui fazer o seu pronunciamento, bem como os representantes do Grito da Terra Brasil.

Foi repassado até para efeito de conhecimento dos servidores e também dos representantes do Grito da Terra Brasil, que irão ocupar a tribuna, conforme requerimento feito e aprovado pelo Senhor Presidente e que agora será dado esse espaço aos representantes dos servidores do Grito da Terra Brasil.

Farão uso por parte do fórum dos servidores públicos do Estado do Paraná, do Quadro Geral dos funcionários do Estado, o Senhor Heitor Rubens Raimundo e a Sra. Elizabete da Silva. Em nome do Grito da Terra Brasil, que está representando as entidades da CUT, da FETAEP, o MST, a CPT e a CRAPI, fará uso da palavra, o Senhor Marcos Puchiski, da CUT, que falará em nome no Grito da Terra Brasil.

Agradeço a sua deferência. Está concedido, nesse espaço aberto e democrático, nesta Casa de leis, aos nossos servidores e aos representantes dos agricultores do Paraná.

DR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao primeiro nominado pelo Deputado Augustinho, que tem o prazo de dez minutos para falar em nome dos servidores públicos do Estado do Paraná.

A SRA. ELIZABETE DA SILVA - Estou aqui representando o fórum das entidades sindicais dos servidores públicos do Estado do Paraná. Gostaria de dizer aos Senhores Deputados e ao Presidente desta Casa, que o nosso intuito de estar aqui, nessa mobilização, com todos os servidores lotando essas galerias, é sensibilizar os Senhores Deputados para a questão do serviço público.

Hoje, infelizmente, o governo não tem respeitado o serviço público, nessa demonstração clara do descompromisso do governo em relação às questões do serviço público e, principalmente, do servidor

público.

Estamos aqui, hoje, para manifestar e denunciar a situação caótica em que se encontra o serviço público. Hoje, infelizmente o servidor que é contratado pelo serviço público, ele fica dez, quinze, anos, sem nenhuma perspectiva de carreira.

Tivemos um caso hoje concreto e denunciamos hoje pela manhã na nossa Assembléia, onde uma companheira que trabalha em uma escola de Auxiliar de Serviços Gerais, há 15 anos e ganha apenas 150 reais. Por aí dá para se ver o arrocho salarial que os servidores públicos estão submetidos.

Acho que citamos apenas um exemplo, mas não só o pessoal que trabalha em educação, assim como o pessoal da saúde, o pessoal da educação, da agricultura, do DER, das universidades, enfim, todo o funcionalismo público hoje, infelizmente estão numa situação extremamente lamentável. Temos inclusive servidores, funcionários públicos que estão tendo que recorrer a empréstimos, inclusive de agiotas, pagando juros altíssimos. E esses empréstimos não são feitos para que eles possam comprar alguma coisa, pelo contrário, é para poder sobreviver mesmo, é para se alimentar, para poder se vestir, para poder morar. E é nessa situação que se encontram os servidores públicos.

E gostaríamos de dizer também aos Senhores Deputados, que a nossa luta, a nossa mobilização ela não é apenas pelas questões corporativas, obviamente que estamos aqui para reivindicar salários sim, uma vez que todos os Servidores Públicos estão submetidos a um arrocho salarial muito grande. Mas além das questões salariais temos a bandeira de luta que é a defesa do serviço público. Então, a nossa reivindicação é que o Governo invista mais no serviço público, que invista nas condições de trabalho do funcionalismo público para que possamos prestar um atendimento digno para a população.

Queremos que os Senhores Deputados se sensibilizem com a questão do funcionalismo público, queremos que os Senhores Deputados também se preocupem com relação ao investimento, ao orçamento do serviço público.

Não dá mais para ficar nessa situação caótica em que se encontra o serviço público. E gostaríamos também de reivindicar aqui todas as questões referentes aos benefícios que hoje, infelizmente foram cortados pelo governo, que é por exemplo; auxílio creche, auxílio alimentação, auxílio transporte, que foram tirados esses benefícios dos servidores públicos do Paraná.

Sabemos que com a introdução das novas tecnologias no serviço público, há neces-

sidade que se invista muito mais no serviço público, e infelizmente isso não está acontecendo. Se insere novas tecnologias no serviço público e ao mesmo tempo o governo não tem investido na sua força de trabalho. E acho que isso irá repercutir no atendimento da população que necessita desses serviços públicos.

Por isso, que queremos aqui solicitar aos Senhores Deputados, que sejam sensíveis a nossa reivindicação. Conseguimos hoje a nossa audiência com o Governo do Estado abrir um espaço para conversarmos com o governo, porque a nossa perspectiva é que consigamos avançar nessas negociações. O nosso pré estabelecido é até 21 de junho, aonde faremos uma nova paralisação e gostaríamos que o governo realmente negociasse conosco de fato e não enrolasse como tem acontecido nos governos anteriores.

Gostaria então de passar a palavra para o meu outro companheiro do Fórum, para complementar as questões do funcionalismo público.

Muito obrigado!

O SR. HEITOR RAIMUNDO - Senhor Presidente da Mesa, demais componentes da Mesa, Senhores Deputados, companheiros servidores públicos de todo o Estado do Paraná.

É preciso que o Movimento Sindical aqui reafirme, Senhores Deputados, reafirmamos isso para todas as instâncias do governo, que o maior compromisso hoje dos servidores públicos é a melhoria dos serviços públicos prestados a população. Mas para isso, Senhores Deputados, é necessário que tenhamos as mínimas condições para desenvolver esse serviço público.

Quero fazer essa introdução no sentido de que não estamos lutando não só por assuntos corporativos, entendemos que a população hoje sofre com a prestação de serviço público, e em última análise, às vezes somos culpados.

E queremos reafirmar aqui para Vossas Excelências, os servidores públicos do Estado do Paraná querem a melhoria do serviço e mais, entende Senhor Presidente, Senhores componentes da Mesa, Senhores Deputados, companheiros servidores públicos de todo o Estado do Paraná.

É preciso que o Movimento Sindical aqui reafirme aos Senhores Deputados para todas as instâncias do governo, que o maior compromisso hoje dos servidores públicos, é a melhoria dos serviços públicos prestados a população. Mas para isso Senhores Deputados é necessário que tenhamos as mínimas condições para desenvolver esse serviço público.

Quero fazer essa introdução no sentido, de que não estamos lutando por assuntos corporativos só não. Entendemos que a

população hoje, sofre com a prestação do serviço público e em última análise às vezes somos culpados.

Queremos reafirmar aqui para Vossas Excelências, os servidores públicos do Estado do Paraná, querem a melhoria do serviço público e mais, entende que a grande aliança, e a grande aliança e a grande melhoria do serviço público aqui do Estado do Paraná dar-se-á com o atendimento básico à população.

Feito essa preliminar, queria dizer também aos Senhores Deputados de que desde o início do Governo Lerner, o Fórum das Entidades Sindicais procurou o diálogo, porque outro pedigree que nós do Movimento Sindical também temos, não é de radicalizar qualquer luta. Entendemos que na conversa, a negociação é possível de resolver esses problemas. E desde o início do Governo Lerner a gente submeteu uma pauta de reivindicações, pediu audiência, inclusive num documento que submetemos fizemos propostas de melhorar a arrecadação do Estado do Paraná. E vou citar aqui essas propostas. Mandamos uma pauta que contempla o quê. Contempla a reposição salarial. Só para dar dados aos Deputados, os Senhores já têm, porque já têm o documento que a gente entregou para cada Deputado. O Governo Lerner falou que recuperaria as perdas salariais dos dois últimos governos.

Só no Governo Lerner, temos uma perda salarial, segundo o estudo feito pelo DIEESE, que os Senhores Deputados receberam de 30.31. Não é possível mais, nós a cada governo que passa, herdamos perdas. Por isso a gente reivindica, dos Senhores Deputados o cumprimento, até para legitimar os mandatos políticos nesse País. Hoje quando os políticos estão desacreditados, é necessário que a gente, a população acredite sim nos parlamentos, e para isso, precisamos fazer do discurso uma realidade.

Trouxe também esse exemplo, para caracterizar bem, o discurso de uma campanha e uma realidade de hoje. E sabemos que a nossa perda que é de 600% que é a perda de 8 anos, não têm grana mesmo para pagar. Mas queremos discutir e propomos ao governo, para sentarmos e discutirmos, de que maneira podemos vincular ajudando a aumentar a arrecadação, vincular um repasse mensal para o salário do servidor. Temos o PCCS, que os servidores inclusive formaram uma Comissão e terminaram o trabalho que está na SIAD, só falta fazer a adequação da tabela salarial. E até agora, desde dezembro do ano passado, a gente fez um trabalho que está na SIAD, só falta fazer a adequação da tabela salarial. E até agora, desde dezembro do ano passado, a gente fez um trabalho bonito, reuniu com o governo, com a Secretaria da Administração e

fez esse trabalho, e hoje recebemos uma resposta de que depende dessa adequação a questão do Palácio Iguazu.

Por isso, que a gente está aqui, porque a gente entende que os Senhores Parlamentares, foram eleitos com o nosso voto e têm que ser o eco nosso, até para que a gente consiga defender um momento político, que a gente consiga defender que o único caminho que temos é o Institucional e via o Parlamento nesse País.

Por último, queria dizer aos Deputados, que é preciso, que quando o governo anuncia benefícios sociais para as entidades, para os trabalhadores, tipo a FAS, anuncia a cesta básica, etc... olhem para o serviço público. Temos 1/3 dos servidores do Quadro Geral, que recebe 150 reais. Claro que não têm cesta básica, não têm vale creche, não têm vale transporte, isto também é importante, para que a gente consiga executar o nosso trabalho com tranquilidade. Apresentamos e quero, feito essas colocações, algumas propostas que o governo tem, que os Senhores têm, para viabilizar, e para atender às nossas reivindicações, queria dar algumas soluções para o discurso que o governo faz quando conversa conosco. Não tem dinheiro, é esse o discurso que o governo nos coloca. Estamos dizendo o seguinte: tem sim senhor! Acabamos um estudo junto com o DIEESE; ele que elaborou, demonstrando por exemplo, que nas despesas de pessoal, é inserido as despesas dos salários dos parlamentares, dos salários do tribunal de justiça, juiz e desembargadores.

Estamos entendendo que a Assembléia Legislativa e o Poder Judiciário têm orçamento próprio, e devem arcar com isso. Outro dado para os Senhores Deputados, todas as diárias no serviço público saem de despesa de pessoal. Estamos entendendo que diária é custeio. Se por um lado, eles calculam dessa maneira, na receita não entra os 25% da educação por exemplo.

Então estamos dizendo o seguinte: se tiver critério na fixação das despesas de pessoal, e entendemos que 65 em despesas de pessoal. Porque a população precisa de melhor serviço, tem que ter dinheiro para investimento, mas vamos fazer as contas certas. Não vamos fazer as contas erradas, e isso estamos querendo conversar com o governo há muito tempo.

Temos também uma proposta para aumentar a arrecadação concretamente. Colocamos num documento isso.

Hoje as mil maiores empresas no Estado do Paraná, esse discurso é da Secretaria da Fazenda, responde por 85% de toda a arrecadação do ICMS. Temos em torno de 600 a 700 fiscais, 15% é o resto das empresas. Vamos centralizar nas grandes empresas, para combater a sonegação, a fraude, a

isenção, a anistia, porque nós servidores não podemos ser o único setor da sociedade, que no lombo carrega os problemas da Sociedade Paranaense.

Nós queremos socializar este fardo que nos põem nas costas. Nós também estamos entendendo que o serviço público precisa ser racionalizado, não pode o Estado relegar o seu quadro de pessoal, quero dar um exemplo aqui que está acontecendo neste Governo, muito dinheiro está sendo repassado para assessorias, consultorias e terceirização no serviço público, nós estamos dizendo o seguinte, nós somos competentes queremos produzir, queremos melhorar o serviço público. Agora, nós não podemos admitir que seja contratado, por exemplo, no setor da agricultura, um assessor, um consultor que ganha 8 mil mensal, enquanto o salário máximo de um técnico com nível superior chega a 1.150. Não dá para engolir isto.

Os Deputados Estaduais precisam nos ajudar abrir aquela caixa preta do Tribunal de Contas, ali ninguém consegue resposta nenhuma. Nós pedimos no início do Governo que tem que pôr pelo princípio constitucional publicar todo ano a relação dos servidores públicos do Estado do Paraná, até a SEAD não nos passou, e diz que não tem condições de apurar, porque tem setores da administração pública que não informam. A gente diz o seguinte: Governador, Deputados, autoridades públicas vocês foram eleitos, têm mandato para exigir para que qualquer autoridade administrativa forneça os dados, inclusive para a Assembléia Legislativa, porque têm companheiros aqui, Deputados que também solicitaram isto.

Para encerrar, queria dizer aos Deputados, aos companheiros servidores públicos o seguinte: nós entendemos que, neste momento de crise da sociedade, ou nós vamos nos dar a mão, todas as pessoas de boa vontade para resolver os problemas brasileiros ou o caos virá. Nós, servidores públicos do Estado do Paraná, há muito tempo estamos com a mão estendida, e estamos torcendo, pedindo, solicitando que os Deputados, representantes popular peguem na nossa mão, e vamos juntos Deputados, Governo, Poder Judiciário, servidores públicos e a sociedade paranaense resolver esses problemas que nos afligem. Isto é o que nós esperamos desta Casa de Leis. É isso que nós esperamos de cada Deputado: que nos dêem a mão e nos ajudem.

Queremos frisar aqui que, pela primeira vez a Assembléia Legislativa, inclusive por proposta do Deputado Ângelo Vanhoni e o Deputado Algaci Túlio, hoje tem uma comissão que está intermediando a negociação. É isto que nós queremos. Nós temos

que ressaltar estas coisas, no sentido que, é por aí que vamos resolver os nossos problemas e melhorar os serviços públicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado e os servidores públicos do Paraná contam com os Deputados Estaduais.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, entrei agora na Assembléia Legislativa, e sei que os servidores públicos do Estado do Paraná fizeram uma longa caminhada. Saíram de várias cidades espalhadas pelo Estado do Paraná inteiro; enfrentaram uma viagem dura para vir na frente do Palácio Iguaçu acompanhar o processo de negociação, e demonstrar para o Governo e para a sociedade que a situação dos servidores públicos do Estado é uma situação caótica. O Poder Público tem que tomar uma decisão, no sentido de, resolver este problema.

Mas, entrei agora na Assembléia Legislativa, e deparei com uma cena, que acho que vou compartilhar com todos os Senhores Deputados, entendo que a Polícia Militar deve procurar preservar a segurança dos servidores públicos do Estado do Paraná, dos Deputados, desta instituição. Queria fazer um apelo ao democrata Presidente Luiz Carlos Zuk que, solicite que a área de segurança com escudo e com colete a prova de bala da Polícia Militar se retire da Assembléia Legislativa.

(Aplausos)

Quero esclarecer, Senhor Presidente, o Senhor pode ter certeza que o Deputado Algaci Tílio, que o Deputado Romanelli, que a Bancada do PT, que o Deputado Caio Quintana saberão dialogar com os servidores públicos do Estado do Paraná com o maior respeito em relação as instituições do nosso Estado.

Quem garante a democracia e o bom comportamento são esses Senhores que estão aqui dentro. Os funcionários públicos da área de segurança - tão importante para a vida do nosso povo nos dias de hoje - já conquistaram reposições nos seus salários.

Então gostaria de fazer um apelo: acho que em nome de todos os Senhores Deputados, que o Senhor solicitasse à Secretaria de Segurança Pública e ao Comandante da operação que está aqui, na Assembléia Legislativa, que mantenha uma viatura para caso de que eu e o Deputado Caio Quintana tenhamos alguma desavença e possamos ir para alguma agressão física, a Polícia Militar fazer o "aparte". Mas que não é necessário segurança nenhuma aos Senhores que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Esta Presidência informa ao Deputado Vanhoni que as normas, as regras, e, principal-

mente, as determinações da Polícia Militar do Estado do Paraná são feitas pelo ilustre Comandante daquela corporação - Coronel Maingué.

Aqui nós não temos e, principalmente, aquilo que todos nós desejamos que é a harmonia, nesta Casa, seja realmente tolhida com a presença de quem quer que seja. A Polícia Militar é bem-vinda quando veio, aqui, nesta Casa, fazer as suas reivindicações. A Polícia Civil aqui esteve e hoje estão os servidores públicos estaduais, com a mesma liberdade, com o mesmo procedimento e com a mesma presença e apoio de toda a Casa.

Queria solicitar a todos os senhores servidores públicos que nesta Casa há o respeito e a educação, se não tiverem a educação suficiente nós teremos a oportunidade de suspender a sessão até que a educação volte a reinar no nosso meio.

Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Deputado Zuk, esta Casa conhece a sua história pessoal. Vossa Excelência, um democrata, que lutou durante o regime militar contra o arbítrio, a prepotência e a arrogância. Vossa Excelência tem se pautado na sua vida pública por essa postura democrata e, fundamentalmente, uma posição libertária. Por isso que Vossa Excelência no exercício da Presidência desta Casa, deve acatar a Questão de Ordem que faz o Deputado Vanhoni.

Seremos nós, Deputados Estaduais, junto com as Lideranças dos Servidores, os guardiões da ordem aqui na Assembléia. Porque é inadmissível ver policiais militares fortemente preparados para o confronto, dentro dos portões desta Casa. Vossa Excelência tem o dever, pela sua história, de mandar com que a polícia se comporte como deve se comportar as polícias nos regimes democráticos, pacificamente, em ordem. Porque esta Casa aqui é a Casa do Povo e nós fomos eleitos para sermos os guardiões da liberdade.

Por isso, Presidente Zuk, todos nós Deputados Estaduais, não esperamos de Vossa Excelência outra, se não, para que se reveja esse esquema de segurança e todos nós garantimos a Vossa Excelência e assumimos responsabilidade pessoal pela segurança desta Casa. Mas que Vossa Excelência determine a imediata saída da PM.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sabemos que não haveria necessidade de que nada disso fosse feito. As providências estão sendo tomadas e a sessão continua. E tenha certeza Deputado Romanelli, que conosco brigou para que pudéssemos ter o que temos hoje, essa liberdade de expressão,

essa liberdade de reivindicação que não tínhamos no nosso tempo quando iniciamos na vida pública.

Continua a liberdade na Casa, as providências estão sendo tomadas e concedo a palavra ao Deputado Colombo para fazer a apresentação do próximo orador.

O SR. JOCELITO CANTO (Questão de Ordem) -

Só gostaria, Senhor Presidente, de fazer uso da palavra também, porque quando as galerias estão cheias, são vários os Senhores Deputados que se manifestam e até alguns jogam companheiros nossos contra os presentes neste local. Acho que acima de tudo deve haver respeito aos servidores públicos do Paraná. Também concordo.

Mas agora fiquei sabendo através do Deputado Plauto de que o nosso Presidente desta Casa, que, interinamente, serve como Governador do Estado, participou pela manhã, desceu do Palácio Iguagu, com democracia, com respeito, e foi até os servidores. Disse-me o Deputado Plauto que chegou a usar até o carro de som para falar com os servidores. O Deputado Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, fez isto hoje.

Então, acho justo que se respeite os servidores, mas que não se jogue os Parlamentares, uns contra os outros, porque todos os Parlamentares desta Casa têm uma única intenção, principalmente em fazer com que este Paraná ande, avance e que os senhores servidores e o nosso maior exemplo disto, em respeito desta Casa, é o nosso Presidente desta Casa, que hoje é o Governador do Estado, que desceu lá do seu gabinete e veio conversar com os senhores.

Gostaria de deixar registrado este pedido, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado.

Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Complementando as palavras do ilustre Deputado Augustinho Zucchi, faço apenas a apresentação daquele que representará neste momento o movimento dos agricultores, da agricultura familiar, dos agricultores sem-terra que estão movimentando o Brasil todo no Grito da Terra. Mais um Grito da Terra acontece no Brasil, porque da terra brota o alimento ainda adubado com sangue de agricultores.

Com a palavra o Marcos Fuchiski, representando os agricultores do Grito da Terra, Brasil.

O SR. MARCOS FUCHISKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez, nós, pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem-terra, assalariados rurais, trabalhadores atingidos por barragem, estamos em mobilização a nível nacional. São 24 Estados que mobilizam em torno de cem mil trabalhadores rurais, trabalhadores que buscam junto aos órgãos governamentais, tanto a nível estadual quanto a nível federal, melhorias de condições para conseguir sobreviver na agricultura familiar. São pessoas que não querem sair da roça, não querem deixar a roça para vir inchar as favelas das grandes cidades, porém são pessoas que hoje são deixadas à margem do processo de desenvolvimento no nosso País.

São pessoas que não têm acesso as políticas públicas governamentais, não só a nível federal, mas também a nível estadual. Nós somos 6 milhões e meio de famílias e representamos 93% dos estabelecimentos rurais. Garantimos emprego para mais de 20 milhões de pessoas na área rural. São mais de cinco milhões de trabalhadores rurais assalariados que hoje também lutam por um pedaço de chão para que possam ser futuramente agricultores familiares com um pedaço de terra. Porém, ter um pedaço de terra não é o suficiente. Se faz necessário que o Governo destine recursos para incentivo dessa agricultura familiar, porque hoje se vê o Governo fazendo um grande discurso dizendo que apoia a agricultura familiar, mas aqui, nobres Deputados, companheiros aqui presentes nesta Sessão, nós não podemos de maneira alguma confundir as negociatas, as vergonhosas negociatas, que o governo faz com a bancada ruralista com o esforço para a agricultura familiar. Nós pequenos produtores não queremos ser confundidos com essa catervagem que hoje representa a bancada ruralista, que abocanha todo o crédito disponível, todo o dinheiro disponível e que impossibilita desta forma com que os agricultores familiares tenham acesso às políticas públicas e ao crédito diferenciado.

Dizia ontem, que bom seria se nós pequenos agricultores não precisássemos sair de nossas propriedades para vir até a capital, para ir até Brasília negociar pauta de reivindicação. Bom seria se a gente tivesse governantes sensíveis que olhassem com bons olhos e percebessem a necessidade por que passa hoje a agricultura familiar e que isso fosse suficiente e que a gente enviasse as nossas reivindicações e que fossem atendidas. O povo não faz mobilização simplesmente porque gosta de sair de casa e deixar uma semana a propriedade abandonada e vir passear em Curitiba. O povo faz mobilização, vem para Curitiba, vai a Brasília por necessidade, porque senão os Governantes não atendem as nossas

reivindicações, não pensem os Senhores Deputados que os agricultores que aqui estão presentes em Curitiba fazendo as nossas mobilizações, não têm passado dificuldades, têm passado e muitas, porém a gente é trocado pela agricultura familiar.

O Governo Federal prefere incentivar a agricultura familiar, desrespeitando quem produz neste País, porque são mais de 80% dos alimentos da cesta básica que hoje são produzidos na agricultura familiar. Aqui a nível de Estado, só para se ter uma idéia, a agricultura familiar é responsável por 71% da produção de algodão enquanto a agricultura patronal é responsável por somente 29%. A agricultura familiar produz 79% do feijão, 91% do fumo, 60% do milho, 55% do leite e 84% dos suínos e mesmo assim nós não temos acesso ao crédito. Portanto nós viemos até a capital no sentido de reivindicar do Governo do Estado que também tem condições de atuar com políticas públicas favoráveis à agricultura familiar no sentido de que seja criado um fundo específico de apoio à agricultura familiar um fundo permanente e rotativo.

Nós não estamos querendo nada de graça, nós queremos simplesmente que o governo nos dê condições de permanecer na agricultura, que nos dê condições de investir na nossa propriedade e que nos dê crédito de custeio com condições que possibilite ao agricultor chegar ao final da safra, pagar o crédito e ficar com um pouco de dinheiro no bolso. Então nós estamos reivindicando junto ao Governo do Estado que crie este fundo específico de apoio à agricultura familiar e que destine todos os recursos da Secretaria de Agricultura especificamente para a Agricultura familiar, porque é a agricultura familiar que mantém essa Nação com alimentos. Como já falei, somos responsáveis por mais de 80% da produção de alimentos da cesta básica.

Além da questão da agricultura familiar, a gente reivindica que o governo intervenha no sentido de desapropriação e emissão de terras já ocupadas pelos camponeses do movimento sem-terra, que o governo intervenha também no sentido de ter uma política que possibilite os assalariados rurais, temporários, bóias-frias de ter acesso aos benefícios previdenciários e outras coisas mais. Reivindicamos também junto ao Governo do Estado, junto da COPEL, que sejam cumpridos todos os acordos firmados entre a Comissão regional dos atingidos por barragens e a COPEL. Essa é a nossa pauta de reivindicação, a qual nós já apresentamos aqui nesta Casa, a qual nós deixamos em cada gabinete dos Senhores Deputados, creio que até hoje os Senhores Deputados já devem ter tido a oportunidade de conhecer profundamente a nossa pauta. E essa pauta que a gente está apresentando

ao Governo do Estado, que quer contar com o apoio dos Senhores Deputados.

Também gostaríamos de contar com o apoio dos Senhores Deputados, no sentido de apoiar a nossa pauta a nível nacional.

Que esta Assembléia Legislativa aprovasse uma moção, no sentido de pressionar o Governo Federal, o Governo Fernando Henrique Cardoso, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, para que disponha de recursos para investimento e para custeio na pequena propriedade.

Portanto, a gente vai continuar a nossa mobilização, mais até o final da semana, até o dia 31; amanhã estaremos negociando com o Secretário Hermas Brandão, a nossa pauta de reivindicação, a qual a gente espera contar com o apoio dos Senhores Deputados, e agora nesse momento nós estamos negociando também, junto ao Ministério da Fazenda, aqui no Estado, no sentido de pressionar as negociações que estão ocorrendo em Brasília, na coordenação nacional do "Grito da Terra Brasil".

Seria isso que a coordenação do "Grito" teria a colocar e a gente espera contar com o apoio dos Senhores Deputados em todas as nossas reivindicações, tanto a nível de Estado quanto a nível Federal, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Horário da Liderança, Partido dos Trabalhadores, dois oradores inscritos, dividimos o tempo da liderança em 4 minutos a cada um dos Senhores Deputados. Primeiro, Deputado Dr. Florisvaldo Fier.

O SR. EMERSON NEFONE (Pela Ordem) - Deputado Zuk, apenas para registrar a presença do Senhor Luiz Antonio Martins, que se encontra ali nas galerias, ele é membro da Executiva Nacional da CUT, irá participar de um Seminário no Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Paraná, para discutir sobre a ótica dos trabalhadores, a produtividade e a qualidade na Economia Brasileira, quero apenas registrar a presença desse importante membro da luta dos trabalhadores no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associado e registrado pela Mesa Executiva a presença, entre as boas figuras que trabalham em termos nacionais, pelo trabalhador brasileiro, um dos quais esse expoente que V.Exa. nomina.

Esteja em casa, a cidade e a Casa é sua.

Com a palavra o ilustre Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados, e usando uma frase de Romeu, da APP, que aqui se encon-

tra, nobres trabalhadores do serviço público e da agricultura do nosso Estado.

Nós estamos usando parte do horário da Liderança do PT, cuja Bancada é composta por mim, por Péricles, Irineu Colombo, Nêrone e Angelo Vanhoni.

Queremos nesse espaço, colocar a nossa posição de bancada a respeito do servidor público do nosso Estado. Nesse Parlamento, o PT que tem assento deste 1987, tem colocado desde a sua bancada composta por um único Deputado na ocasião, Pedro Tonelli. Por nós 5, agora, temos nos colocado como instrumento de luta em defesa da classe trabalhadora do nosso Estado, em defesa de luta e dos direitos dos trabalhadores do serviço público.

Servidores desde hoje, que com o Projeto Neoliberal, que avança no mundo inteiro, e que tem a sua ponta de lança em nosso País, através do Governo Fernando Henrique, e em nosso Estado hoje, no Governo Jaime Lerner, tem um único objetivo em relação ao servidor público, a sua destruição e conseqüentemente a destruição dos trabalhadores do serviço público, e conseqüentemente a destruição dos direitos, o fim dos direitos de todos os trabalhadores oprimidos e explorados do nosso Estado.

Porque se não tiver um Estado, um Estado competente, honesto para atender, principalmente, aquele que na classe social está classificado como os de baixo, não terá na burguesia os seus defensores.

O Estado que deve existir para as garantias dos direitos e das defesas de todos aqueles trabalhadores que estão sendo destruídos e conseqüentemente, para que isso ocorra, tem que destruir o serviço público e o servidor.

E como que se destrói o servidor? É não tendo um plano de cargos e salários, onde tanto faz ser um trabalhador competente e profissional como é a grande maioria de todos os servidores públicos do nosso País.

Não tem diferença com aquele parasita que entra a cada 4 anos junto com o Governo e que muitas vezes estão em cargos de confiança. Trata com a mesma igualdade o parasita e o trabalhador sem dar um plano de cargos e salários com progressão merecida.

E isso, tem sido feito em todos os Governos do Estado, desde que o PT tem assento nesta Casa e tem acompanhado, seja Álvaro, seja Requião, seja o atual Jaime Lerner, ex-Prefeito de Curitiba, que já destruiu o serviço público da Prefeitura de Curitiba.

Nós, como Bancada do Partido dos Trabalhadores defendemos um salário digno para os trabalhadores do serviço público, defendemos a sua ascensão, defendemos a

estabilidade do emprego, não como direito adquirido, mas sim para ser um Estado competente, com bons profissionais para poder garantir o bom serviço público, porque sem estabilidade a cada 4 anos, ao mudar o Governo ou o Secretário, vai mudar mais da metade dos servidores públicos, porque terão que colocar, substituir pelos cabos eleitorais daquele momento.

Por isso, companheiros e companheiras do serviço público, podem contar com a bancada do Partido dos Trabalhadores em todos os momentos de luta, seja dentro do Parlamento, seja na Comissão proposta pelo companheiro Angelo Vanhoni, para negociar e acompanhar. Nós somente, não podemos é dar o reajuste salarial, porque nos é impedido neste Parlamento, senão poderiam ter certeza que com os estudos econômicos que o DIEESE já desenvolveu, teriam esses reajustes.

Isso, demonstra as prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores pelo Brasil afora, onde tem os maiores salários em relação as demais prefeituras, o que significa defesa do serviço público e defesa do servidor competente e profissional.

É aquele que é o parasita, que flutua, que é trocado de 4 em 4 anos, às vezes, tem muito mais salário, muito mais direito do que nós trabalhadores e servidores que entramos pelo concurso público, que ora desejam botar fim também.

Companheiros e companheiras, a Bancada do PT está ao lado e podem contar com os cinco Deputados presentes nesta Casa de Leis.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Brevemente, manifestar aqui mais uma vez a nossa solidariedade e acima de tudo parabenizar os agricultores pela movimentação, pelo empenho, pela persistência de várias vezes seguidas promover o Grito da Terra Brasil, cada vez mais com profissionalismo, sabendo aonde quer chegar, com uma pauta exequível, uma pauta sendo amplamente divulgada, sendo cobrada sistematicamente das autoridades competentes do Brasil, pena que nem sempre é atendido, mas "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". E também ao mesmo tempo parabenizar aos servidores públicos do Estado do Paraná, do qual também já fiz parte.

Parabenizar e ao mesmo tempo também me solidarizar com este movimento, porque mendicância está muito próximo de vocês.

Mas, o que me traz a tribuna, Senhor Presidente, rapidamente, é manifestar o nosso empenho e trazer um pouco de alegria nesse momento, que nós vamos procurar

transformar em Lei, eu e o Deputado Nereu Moura, de uma experiência muito bonita, que nós tivemos com os atingidos da Barragem de Salto Caxias.

Lá, Senhor Presidente, foi feito um grupo de estudo multidisciplinar. Foram criadas regras informais de debate, de como seriam transformadas aquelas famílias; como seria a indenização. Evitamos a pica-retagem da venda de terras, porque o processo foi amplamente transparente e discutido com a comunidade dos atingidos, discutidos, com os proprietários de terra, com a COPEL, com o acompanhamento dos Deputados, que aqui irão apresentar esse projeto; do IAPF; da Secretaria de Agricultura, dos representantes dos prefeitos e dos vereadores de cada município.

Esse processo mostrou que os impactos ambientais passam também a ser um impacto sócio-econômico. Porque a população, já adaptada ao ambiente, que por força compulsoriamente de uma obra, são deslocadas e obrigadas a sair.

Só que o impacto também, na relação do homem com os recursos naturais. Portanto, passa a ser também uma questão econômica.

Nós estamos apresentando esse projeto e pedindo a aprovação dos Senhores.

O projeto ficou pronto, ontem à tarde, e, nos oportunizou a apresentar nesse momento, porque nós temos, aqui, lideranças dos atingidos, de Salto Segredo, que passam por problemas sérios também, agora, com a movimentação do pessoal de Salto Caxias, que estão contentes, felizes.

Nós colocamos isso, em lei, no processo que está lá, evidentemente, não com as peculiaridades, com as particularidades daquele procedimento.

O projeto trata do seguinte: considera relevante o impacto sócio-ambiental, o remanejamento e o reassentamento de contingente populacional, em áreas onde forem implantadas empreendimentos e barragens no Estado do Paraná.

Isso também fazia parte, com muito mais força, por exemplo, no Grito da Terra do ano passado, na questão dos atingidos, como foi atendido na pauta, já foi retirado.

E nós vamos sacramentando, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vai dar mais uma vez um exemplo que está na vanguarda da discussão dos problemas do Brasil.

E nós estamos dando esse exemplo, porque não podemos produzir energia elétrica para o Brasil, sem retorno de ICMS e acima de tudo sacrificando os pobres agricultores, os pequenos comerciantes, pequenas comunidades rurais, que estarão debaixo da terra, sem o remanejamento, sem indenização devida, sem o acompanhamento por perto das autoridades competentes.

Isso, nós vamos colocar em Lei no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PTB, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados e prezados visitantes, funcionários públicos do Estado, que nos honram com as suas presenças, na tarde de hoje.

Há poucos dias atrás, a Comissão de Terras e Colonização, presidida pelo Deputado Nereu Moura, numa brilhante atitude desse nobre Deputado, juntamente com outros, houve por bem realizar aqui dentro da Assembleia, uma Sessão específica, para tratar de assunto do sem-terra, principalmente, na área invadida, na região de Laranjeiras do Sul.

Minha surpresa, naquele dia, foi quando o representante da Secretaria ou do Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, colocava empecilhos, posições contrárias à colocação, ao assentamento dessas famílias, que ali estavam, porque tinham de se pensar no meio ambiente, e, não se pensar, especificamente, no ser humano, nas famílias que ali estavam assentadas, não de direito, mais de fato.

Passado alguns dias, eu, sempre contra essa atitude do IBAMA, que acho que entre preservar uma árvore tem que se preservar a família paranaense que está em busca da terra, que tem esse direito a trabalhar na terra. A Lei é feita para se cumprir.

No decorrer do tempo, um cidadão, no Município de Quitandinha aqui no Estado do Paraná, Região Metropolitana de Curitiba, resolveu atender não sei quem - dizem que é uma pessoa muito influente na política do Brasil - ele resolveu fazer um aterro de lixo na Cidade de Quitandinha.

E esse aterro de lixo, pasmem os Senhores Deputados, é precisamente para trazer e enterrar o lixo no solo paranaense, o lixo produzido na Cidade de Diadema, Estado de São Paulo, ou seja, os paulistas não aceitaram este lixo, mas a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná deu autorização para que este picareta do lixo lá de Quitandinha, possa enterrar o lixo de São Paulo.

Por essa razão, com todo o respeito ao Líder do Governo, eu lhe dizia que a preocupação hoje com o meio ambiente é tão grande que se faz necessária a convocação do Senhor Secretário Hitochi Nakamura, a esta Casa. E estou certo que os companheiros Deputados, estou certo que o Líder do governo não haverão de impedir a presença

do Secretário do Meio Ambiente para explicar o porquê enterrarmos o lixo de São Paulo, aqui na Cidade de Quitandinha, da qual eu com muita honra represento e outros companheiros da nossa região.

Senhores Deputados, o Requerimento será votado no dia de hoje. Talvez, nós possamos acrescentar um pouco mais, e dizer, por exemplo, que uma Prefeitura requer à Secretaria do Meio Ambiente, ao IAP, uma autorização para explorar o solo, para colocar nas ruas, ou na estrada do agricultor e recebe um não. No entanto, empresas particulares vão na Secretaria e imediatamente recebem um sim e a Ordem para poder funcionar.

O que é que está acontecendo, logicamente que não é esse governo, já no governo anterior que a Secretaria de Meio Ambiente tem maus profissionais, profissionais duvidosos para poder conceder uma licença como essa.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado

Cartário, V.Exa. mais do que querer a presença aqui do Secretário do Meio Ambiente nesta Casa, para explicar esta Questão - há, na verdade, no seu pronunciamento, embora V.Exa. sempre o faz de forma muito cortês, uma grave denúncia - porque se não for na verdade, um ato de absoluta improbidade administrativa conceder, para que no Município de Quitandinha se acumule lixo de uma empresa multinacional com sede em São Paulo, que explicação tem a Secretaria do Meio Ambiente para isso, ou seja, nós ficamos aí, o governo gasta os tubos em propaganda para dizer que o Paraná é um Estado ecologicamente correto, e para nossa surpresa, a Secretaria que deve cuidar na verdade do Ambiente, da qualidade de vida das pessoas, ela é a responsável pela concessão dessa licença para que essa empresa de São Paulo jogue lixo em Quitandinha.

Ora, que muitos consideram o Paraná um subestado, inferior a São Paulo, estou começando a acreditar mesmo nessa propaganda que nós vemos na televisão, porque o que os "novos caminhos" trouxeram, mesmo para o Paraná, foi lixo, acho que esse é o subproduto desse governo que está tendo absoluta insensibilidade no momento que concede esta licença.

Acho que o Secretário deve vir sim e explicar muito bem explicadinho, porque está cheirando muito mal, mais mal do que esse lixo, a concessão dessa licença para se acumular esse lixo dessa empresa paulista. Meus parabéns a V.Exa. de levar a tribuna esse tema, quero crer que o Deputado Algaci Túlio não vai ter a coragem de pedir para discutir a presença do Secretário aqui. Vamos trazer o Secretário aqui, e ver se ele num bom português, falando

português alto e claro para esse plenário, explique detalhadamente o que é essa licença para acumular lixo no Município de Quitandinha.

Meus parabéns e muito obrigado!

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Agradeço o aparte de V.Exa., e para terminar Senhor Presidente, como representante da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, não poderia deixar de marcar a nossa posição em respeito aos companheiros trabalhadores de diversos segmentos do Estado que aqui estão presentes, por exemplo, eu sei porque já fui Prefeito, que é difícil quando não se tem recursos, mas também sei que não pode haver diferenciamento com os funcionários, porque todos são necessários. Se não existisse, certamente que todos os governos só contratam e abrem concursos públicos porque a comunidade assim necessita, porque ninguém hoje, com as dificuldades que estão colocadas, contrata funcionários meramente por politicagem. Assim sendo, que todos os funcionários do Estado, hoje, têm os seus compromissos, têm seus filhos, têm que ter o seu direito a ter sua casa própria, a ter um financiamento a casa, ao seu automóvel, porque não pode ser um cidadão, funcionário público, diferenciado ou conderado de trabalhar 30, 35 anos pensando apenas na aposentadoria, que é uma miséria no Estado do Paraná e do Brasil.

Meu companheiro que eu tanto respeito pela sua democrática posição e Líder do governo nessa Casa, Deputado Algaci Túlio, mas V.Exa. há de ouvir que as formas que o governo vai usar ou está usando não importa, mas quando se tomou conhecimento, de que funcionários públicos passaram a ganhar mais não importa se foi por reclassificação, ou outros meios, importa que todos são iguais perante a Lei, e todos os funcionários públicos do Estado têm que ter esse direito e ganhar um pouco mais, como os outros anteriormente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti,

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, não sei se vou agradar a todos, mas ouvi atentamente o pronunciamento do jovem Heitor, falando na tribuna agora há pouco, como arrecadar dinheiro para o Estado o Paraná.

Isso eu venho falando há anos. E vejo denúncias como a do Deputado Geraldo Cartário, e essa denúncia saiu no TJ Paraná, do Grupo Paulo Pimentel e V.Exa. se esqueceu de dizer que além de ter o Alvará um

empresário paulista traz lixo de São Paulo para enterrar aqui no Paraná, pensando que isso aqui é a casa da sogra, tremendo de um picareta, tremendo vagabundo, esse empresário paulista. Pensando que isso aqui não tem dono, que o Paraná é um Estado aberto, e o Deputado Nereu Moura faz uma reunião com a Comissão de Terras e o Meio Ambiente está preocupado em derrubar uma árvore para assentar centenas de trabalhadores rurais.

Quer dizer, esse povo tem que lavar a cara e tirar a máscara. Está na hora! Cadê alvará para enterrar lixo de São Paulo, e se preocupa com uma árvore e não pode abrigar os sem-terra do nosso Paraná. Está na hora de lavar a cara e tirar a máscara, senão pedir o boné e ir embora. Que acredito que o Governador Jaime Lerner não saiba disso.

Outra coisa que queria dizer, se nós recebemos a dívida do Grupo Atalla os picaretas de São Paulo que, andam de iate, comem caviar, que estão com usina em Porecatu, não é Deputado José Maria? Porque na época do Requião, o Toni Garcia pegou o cidadão do Grupo Atalla, entrou no Palácio, dizendo que ele vai pagar, e fica tudo resolvido, o Requião meteu um pontapé em todo mundo, e saiu todo mundo correndo do Palácio. O Grupo Atalla com o dinheiro que roubou dos cofres do Paraná, senão nós não teríamos miséria no funcionalismo público do Paraná.

Agora, se você ameaça de abrir uma CPI para saber quanto esses picaretas devem ao Paraná, você recebe ameaça, dizem que vão te processar. Concordo com este jovem que esteve na tribuna, nós temos que arrecadar não é notinha fiscal de botequinho de esquina, nós temos que arrecadar é os grandes empresários do Paraná que roubam este Estado. O dia que nós arrecadarmos dos grandes sonegadores que roubam este Estado, o dia que o Atalla pagar 1/3 da dívida nós teremos um salário mais justo para os servidores públicos do sistema penitenciário, para o funcionalismo público, teremos mais creches, mais escolas.

Outra coisa que gostaria de dizer, o Deputado Rosinha falou e não entendi muito bem. Ele disse um negócio que me chamou a atenção, ele disse que, a cada quatro anos ele elege um governo e se elege um parasita em Brasília. Bom, ouvi hoje no jornal que, aposentadoria de Deputado Federal em Brasília é de oito mil reais. Oito mil reais de aposentadoria! Aposentadoria!! E, o meu sogro que mora em Londrina recebe cento e doze reais por mês. Quer dizer, é uma vergonha. Está na hora de lavar a cara desse povo de Brasília. Ou você muda no voto, ou você muda na balança.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Horário do PTB, concedo a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhora Deputada.

Gostaria de saudar os visitantes desta Assembléia hoje, e também saudar os Vereadores de Vitorino que aqui estão, Vereador de Chopinzinho, e fazer uma colocação em relação ao Movimento Grito da Terra Brasil que há poucos dias esteve aqui nesta Assembléia colocando as suas propostas, dos trabalhadores da agricultura familiar, dos trabalhadores assalariados, enfim, dos agricultores do campo, do Brasil já que este movimento se dá em todo o País hoje. E recebemos os servidores públicos do quadro geral do Estado, nesta Casa de Leis, também esses dias atrás.

Deputado Alborghetti, as duas reivindicações são distintas na forma do trabalho, mas se complementam na sua essência. Porque os trabalhadores da nossa agricultura pedem o que não é mais o Grito da Terra. É o Grito do Desespero! De não ter a possibilidade de continuar produzindo, já que centenas, milhares de agricultores estão deixando o campo. Porque não há como sobreviver a esta famosa globalização que elimina a possibilidade do pequeno agricultor continuar produzindo, tendo lá seu emprego, não inchando as cidades e produzindo alimentos para o nosso Brasil. Ouvi atentamente, o empresário Antônio Erminio de Moraes que almoçou com o nosso Governador em exercício. Dizia, ele, que os países asiáticos, especialmente, terão que importar o que quase o mundo produz hoje, no próximo século. E não dá para entender de que o PRONAF lançado pelo Governo Federal não chegue até o nosso agricultor. Não dá para entender porque o nosso agricultor não tenha condição de plantar a sua semente, que possa lhe manter na terra.

Portanto que as nossas primeiras palavras sejam de solidariedade, como fizemos através da Comissão de Agricultura, quando aqui recebemos a coordenação desse movimento, para que encaminhássemos essas propostas. E quero fazer um registro. Pela manhã o Presidente Anibal Khury - Governador em exercício hoje - recebeu esta Comissão e foi ao encontro da Comissão dos Servidores. O que nos traz a segurança de que esta Casa de Leis estará junto com os nossos trabalhadores nessas reivindicações. Quero agora me reportar, não para receber aplausos, mas, como funcionário público de carreira que sou, como vi companheiros meus que aqui estão, companheiros de trabalho, como conheço a realidade dos nossos funcionários.

Como sei, Presidente, que todos os programas de qualquer governo que passe

pelo nosso Estado e pelo nosso País, sei que dependem da mão daqueles que executam. Como sei o que significa para o interior do nosso Paraná o quadro de servidores públicos. Como sabemos e eu que escolhi a carreira de servidor por convicção absoluta porque era apaixonado e sou um apaixonado pela questão agrária e florestal, e adentrei no antigo TUCF e hoje IAP. Pertencendo ao quadro da Secretaria de Agricultura como muitos servidores pertencem ao Quadro Geral do Estado. É preciso que nós servidores públicos do nosso País - porque nossa luta não é isolada - os servidores do nosso País serviram de caminho, serviram de escada para eleger um Presidente da República que prometia cassar os marajás e que depois foi cassado.

Não é possível que o quadro de servidores do nosso País e em especial do nosso estado, não tenham o reconhecimento da nossa sociedade, representada aqui pelas vozes dos Parlamentares eleitos pelo voto da população. É preciso reconhecer o valor da máquina pública enquanto funcionários que ela tem porque dela depende a nossa população na essência da prestação do serviço público.

Portanto, aqui do nosso Partido que falo com a Deputada Ironi Pugliesi, com o nosso Líder, Deputado Duílio Genari, com o César Selene, com o João Techy e com o Deputado Neivo Beraldin. Deixo assegurada nossa solidariedade e como fazemos parte desta Comissão que foi montada aqui para negociação junto com o governo, tenho certeza absoluta que o governo vai atender a reivindicação dos servidores, como entendeu a reivindicação da Polícia Militar, da Polícia Civil e dos Professores do nosso Estado. É preciso que nós tenhamos neste momento, além da solidariedade, a compreensão, a ajuda da Bancada, liderada pelo Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo, que tem dado demonstração de clareza e de competência na condução da negociação. É preciso que nós tenhamos aqui a sustentação para aquilo que os servidores do quadro geral do Estado precisa, dignidade, condição de trabalho e que tenham a possibilidade de prestar o serviço à população, razão pela qual permanecem no serviço público não pelos ganhos, mas sim por uma profissão de fé que escolheram de servir à gente do Paraná. O nosso abraço e a nossa solidariedade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No horário da Liderança do PMDB tem três Senhores Deputados inscritos: Deputado Renato Adur, Toti Colaço e Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, em razão de ter 3 Deputados inscritos no horário da liderança do

PMDB, o que diminuiria sensivelmente o tempo de cada um e não poder expor uma idéia, eu declino da minha inscrição para que o tempo seja dividido entre Renato Adur e Toti Colaço, apenas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Muito bem, cumprimentando a atitude que não seria outra de V.Exa. fica registrado Renato Adur e Toti Colaço.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores públicos, trabalhadores do nosso Paraná, no final do ano de 1994 nós recebemos nesta Casa uma mensagem para aumento do quadro do funcionalismo geral do Estado do Paraná. Esta mensagem esteve na Casa, foi discutida amplamente e como havia o processo de transição, foi discutido com o Governo que acabava de ganhar as eleições de que esta mensagem deveria ser retirada da Casa e que voltaria nos primeiros meses de 95 para contemplar o funcionalismo do Estado, do quadro geral, uma vez que o professorado e que os militares tinham sempre aumentos diferenciados e que no início do ano de 95 nós tínhamos um estudo mais aprofundado do Governo do Estado a respeito desse quadro geral para ser contemplado os servidores deste Estado.

Passou o ano de 95, estamos no ano de 96, nós tivemos avanço com a categoria dos professores, do magistério. Eles tiveram um avanço, tiveram um aumento diferenciado. O mesmo ocorreu com a Polícia Militar do Estado do Paraná. E nestes eventos eu quero aqui enaltecer a liderança do Deputado Algaci Túlio, a compreensão do Governo do Estado do Paraná quando ele se sensibilizou com a movimentação, com o apelo destes segmentos dos servidores públicos tomou a sua posição e atendeu a reivindicação em parte, seja lá o que for, mas atendeu com muito respeito, com muita harmonia e com muito boa vontade, eu quero aqui fazer um apelo ao Líder do Governo Algaci Túlio, ao Governo do Estado do Paraná e à Secretaria, que eu tenho certeza que o funcionalismo do quadro geral deverá ver nos próximos dias, pela vontade do Governo, uma mensagem do governo atendendo a esta reivindicação tão justa do funcionalismo público do Estado do Paraná. Mas vemos aqui os nossos agricultores do Estado do Paraná e eu queria fazer aqui junto com os nossos companheiros, uma reflexão do momento que estamos vivendo hoje na agricultura brasileira. Srs. Deputados, Sra. Deputada, meus amigos, Srs. trabalhadores do Estado do Paraná, a situação do pequeno agricultor neste País é um caos, nós vemos em todos os rincões deste País pipocando movimentos de insatisfação pela política madrastra e maldosa

do Governo Federal principalmente com a pequena propriedade rural deste País, de nada valem os movimentos, somente movimentos para assentar famílias na pequena propriedade se não lhes der condições de manutenção, sobrevivência e atuação condigna neste campo, de nada adianta querer assentar 10 trabalhadores de um lado se nós vemos do outro lado, 20, 30, centenas, milhares de famílias abandonando o campo por falta de condições dignas de vida, porque é isso que o trabalhador pede, é um salário justo para ele manter a sua família, eu venho de uma região do centro do Paraná aonde se concentra ainda os maiores grupos de famílias rurais, pequenas propriedades morando e sobrevivendo a duras penas no meio rural.

Temos o exemplo do Município de Santa Maria do Oeste que há poucos dias nós citamos aqui uma medida da Prefeitura da diversificação da propriedade aonde 85% dos 13.000 habitantes de Santa Maria do Oeste sobrevivem na área rural, mas a luta dos nossos trabalhadores rurais está sendo em vão. O nosso brado, este grito que vemos hoje no Brasil inteiro, que seja refletido por nós todos Parlamentares, pelo Executivo do nosso Estado, que voltem programas como a Panela Cheia, que tenhamos novos programas de apoio e incentivo ao pequeno produtor rural, que o Governo Federal subsidie o nosso pequeno trabalhador que não tem as mesmas condições de produtividade que uma grande empresa agrícola que trabalha com a alta tecnologia e que na hora de comercializar o seu preço, o produto, o pequeno produtor rural recebe a mesma coisa que aquele grande produtor rural que recebe grandes financiamentos do Governo, que tem grandes benefícios, que tem alta tecnologia, que tem os grandes canais enquanto que o pequeno trabalhador rural, enquanto ele se enquadra como família rural, o PRONAF não permite que ele tenha um agregado sequer na sua propriedade para receber o financiamento.

É uma vergonha nacional, Senhor Presidente, esta situação que estamos vivendo hoje com a nossa família do trabalhador rural do campo, e ele não pede muito, ele pede dignidade. Tenho certeza senhores que a maior miséria hoje nós encontramos não é nos bairros e nas periferias, nas grandes cidades, a miserabilidade hoje está no meio rural porque no meio rural o cidadão não pode sequer furtar um pão, uma galinha porque ele é escrachado na comunidade e todo mundo o exorta do seu meio.

Ele é obrigado a viver dignamente dentro de princípios morais, mas sem a dignidade de ter um sustento digno para atender a sua família, um salário mínimo, dois salários mínimos, três salários mínimos, não se pede muito, se pede dignidade.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estamos apresentando aqui, uma tese que defendemos das cooperativas visíveis, as pequenas cooperativas para atender a pequena propriedade familiar rural.

E estamos apresentando nessa Casa hoje, um Projeto de Lei com apoio de um grande número de Parlamentares, autorização bem verdade sim, ao Governo do Estado, como se restaura ao Governo do Estado, para que adote o programa nas cooperativas rurais, dando condições de beneficiamento, condições de fornecimento de insumos, condições de fornecimento de técnicos especializados, para atender os Projetos dos pequenos agricultores, e dando subsídio de 15% sobre o valor da produção vendida, comercializada, produzida no campo do pequeno produtor rural.

Estamos encaminhando este Projeto, Senhor Presidente, em nome do nosso pequeno trabalhador rural do Paraná, nós que nos identificamos sempre com esta categoria e temos defendido sempre nessa Casa. Usamos poucas vezes a tribuna, mas sempre que usamos a tribuna é para defender aquilo que nós acreditamos, e tenham a certeza os Senhores, se não houver vontade política do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais, nós teremos nos próximos dez anos um caos social irreversível na nossa agricultura nesse País.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, Senhores presentes, prezados Vereadores, funcionários públicos e agricultores.

Queria inicialmente, deixar registrado aqui os nossos cumprimentos ao Presidente da Casa em exercício, o Deputado Luiz Carlos Zuk, que democraticamente, logo após o almoço, portão fechado desta Casa, aonde os funcionários públicos e também os nossos produtores rurais, procuravam adentrar no pátio desta Casa, e ali havia além da presença dos militares, o portão estava fechado.

E eu estava aqui no alto, observando aquela cena, quando o Presidente Zuk estava chegando. E ali, Deputado Zuk eu dizia a quem estava ao meu redor: "O Deputado Zuk vai chegar, vai conversar, e vai abrir aquele portão", e exatamente isto que aconteceu. Os meus cumprimentos ao Deputado Zuk por aquele ato, e também pelo fato de abrir este espaço democraticamente para

que todos aqui pudessem falar, reivindicar e até denunciar, os nossos cumprimentos, Senhor Presidente.

É preciso que se registre mais uma vez nesta Casa, de que a vitória absoluta no 1º turno do Governador Jaime Lerner, se deve grande parte dela, é evidente, aos funcionários públicos do nosso Estado. Lembro-me, quando nós em campanha, carregando uma outra bandeira, vínhamos e encontrávamos as lideranças do Governador, nós nos encontrávamos e os funcionários públicos, meu caro Amigo Augustinho Zucchi, a maioria absoluta, estavam juntos com as lideranças que acompanhavam a vitoriosa campanha do governador Jaime Lerner. Venceu no 1º turno, com compromissos evidentemente e automaticamente, já tivemos aqui, inclusive alguns embates e a presença de militares, da polícia civil, de professores reivindicando e nós aqui colocando, e dizendo à Excelência Liderança do Governador, Deputado Algaci Túlio, lembrando deste compromisso e da campanha.

Deputado Algaci Túlio, com toda a sua habilidade por dois grandes momentos conseguiu os avanços, pelo menos, parte dos avanços para a Polícia Militar e para o professorado do nosso Estado.

É preciso, meu caro Deputado Algaci Túlio—Pancada que dá sustentação ao Governo, é preciso que essa Comissão, que foi formada há alguns dias atrás, possa o mais rápido possível, e a exemplo dos outros avanços, atender os Funcionários do DER, da Secretaria de Saúde, da Agricultura, do Quadro Geral. É preciso que haja um entendimento o mais rápido possível e assim acontecendo terão evidentemente, o nosso apoio, e assim não acontecendo, não terão evidentemente, o apoio da Bancada do PMDB.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de colocar aqui também uma palavra a mais junto com o Grito da Terra. Já estou participando do movimento através das lideranças Sindicais dos pequenos, médios agricultores da minha querida Irati, e de toda a nossa Região Centro-Sul, do nosso Estado.

Mas, o Grito não é somente o Grito da Terra, a quem quero me associar, é o grito dos vales, das canchadas, das planícies. É o grito das águas dos rios. É o grito que vem da roça. É o grito que brota do coração e da alma de todos os pequenos agricultores que têm terra e aqueles que não têm terra.

Mas queria me associar também, ao Grito rouco, cansado, dos doentes, dos aleijados, dos cegos que não conseguem ter a sua aposentadoria, porque Sua Excelência, o Ministro da Previdência Social, que já está aposentado com menos de 50 anos, está colocando todos os empecilhos possíveis e

enganando os nossos trabalhadores rurais deste País.

Não se aposenta mais, praticamente, homem doente ou aleijado, que não tem a sua nota fiscal, que não tem o seu talão do INCRA, é muito difícil se aposentar uma pessoa doente, um cego, hoje, que trabalha na roça.

No entanto, com o maior respeito ao Ministro e a Sua Excelência, ao próprio Presidente da República, que vai à televisão como foram e disseram, com a maior tranquilidade. "Está fácil de se aposentar hoje, estamos facilitando a vida do trabalhador rural, estamos facilitando a vida do bóia-fria, é só ir no Sindicato pegar uma declaração, ir no INPS e pronto".

Grande mentira, Senhor Presidente. Grande Engano. Porque aqueles que têm terra que vão testemunhar para os pequenos agricultores e para os homens sem-terra, estão sujeitos a uma fiscalização no dia seguinte através do INPS.

Isso quero deixar registrado aqui, a minha revolta e que faça parte do Grito da Terra, também esse grito em favor dos doentes, dos aleijados, dos cegos, que estão aí na roça e muitas vezes na periferia das grandes cidades, porque na lavoura mesmo os que já têm terra estão saindo, quanto mais eles que já não têm mais e estão doentes. Vamos fazer o quê?

Queria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para finalizar, se diz muito que não tem dinheiro e não tem recursos para a agricultura, não tem recursos para a saúde, não tem recursos para a educação, não tem recursos para pagar os nossos aposentados da Previdência Social, mas que no entanto sobra recursos para pagar a conta do FANESPA, do Banco Econômico, da Mendes Júnior, que foi lá no Iraque tomar vinho e "wisky" importado e trouxeram a conta para o povo brasileiro pagar e que foi aprovado, inclusive, parte do Congresso Nacional. Para esta gente sobra dinheiro. Para os nossos agricultores, Deputado Renato Adur, Deputado Augustinho Zucchi, meus prezados Deputados aqui da capital do Estado do Paraná, para socorrer os nossos agricultores, que estão vendendo as suas propriedades, daí não tem dinheiro. Daí falta recurso.

(Aplausos)

Daí falta tudo. Mas para pagar a conta do FANESPA e do Banco Econômico e da Mendes Júnior, daí tem dinheiro.

Que fique registrado esse nosso pronunciamento e protesto, junto, meus prezados irmãos e irmãs do Sul, do Norte, do Oeste, do Sudoeste do nosso Estado, com o Grito da Terra, o grito também dos nossos doentes, aleijados, coxos. E que essa voz de vocês, junto com a nossa, possa fazer um eco muito mais forte, amanhã ou depois,

lá em Brasília, no Congresso Nacional.
Contem com a gente sempre.

(Aplausos)

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Apenas para registrar, que acabei de ter uma notícia, não muito agradável, pelo telefone. Por isso que é bom ter celular, aqui, no Paraná, também. Em São Pedro do Ivaí está acontecendo uma situação gravíssima. Ontem, ainda, por conta de uma greve dos bóias-frias que trabalham no corte da carne, da Usina do Vale do Ivaí, foi espancada a vereadora Maria Loreto, que apoiava a movimentação deles, que estão fazendo piquete, em frente à usina. E também foi confinado, preso, hoje pela manhã, o Padre Zenildo, da comunidade local, que transportava alimentos.

A situação é gravíssima. Os agricultores, os bóias-frias estão passando fome. A situação está praticamente sem controle. Segundo informações que recebemos, nós queremos encaminhar essa preocupação e, na medida do possível, poder entrar em contato com as autoridades do Estado. Existe por parte dos bóias-frias a promessa de que se eles continuarem passando fome, vão atear fogo nos canaviais e, quem sabe até adentrar na usina.

Estou logo após a Sessão me dirigindo àquela cidade, acompanhado de algumas lideranças, aqui da capital, para achar um acordo para aquela situação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de conceder a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Ângelo Vanhoni, o Deputado Colombo, tem da Presidência e da Mesa Executiva, o total respaldo, o apoio necessário e, principalmente, a presença dos nossos Deputados, da Comissão de Terras, que o nosso amigo Augustinho Zucchi, com o Deputado Nereu Moura à disposição, toda a estrutura do Poder Legislativo, ao seu dispor e ao dispor dos Deputados Nereu Moura e Augustinho Zucchi.

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Uma das personalidades, um dos homens mais ilustres da história do nosso País. Um dos homens que mais defendeu a democracia e o direito da maioria do nosso povo está visitando o Estado do Paraná. E está presente, aqui, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Antes que os trabalhadores, que lutam pelo seu direito de ter a sua base produtiva, garantida, que são os trabalhadores rurais, os pequenos agricultores. Que os trabalhadores, funcionários públicos do Estado do Paraná, antes que acabe esta

Sessão, eu gostaria de solicitar, Senhor Presidente, o seu aceite, para que convidasse o Governador do Estado de Pernambuco, que está aqui na Sala das Comissões, o Senhor Miguel Arraes, para que viesse aqui no Plenário da Assembleia Legislativa ser parabenizado por todos os Deputados, pelos funcionários públicos e pelos trabalhadores sem-terra do Estados do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente acatada a Vossa sugestão e momeio o ilustre Deputado Toti Colaço, Deputado Vanhoni, Deputado Rossoni e a nossa única Deputada, representante da mulher brasileira, Deputada Irondi Pugliesi, que trouxessem até o nosso recinto, o ilustre visitante, um dos orgulhos desta terra em termos políticos, como também o ilustre Líder do governo, Deputado Algaci Túlio, para conduzir o nosso visitante.

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, é uma satisfação imensa receber os nossos amigos, os nossos companheiros, aqueles que fazem o dia-a-dia, que prestam os seus serviços hoje ao povo do Estado do Paraná.

Recebemos nesta Casa, e ao fazermos essa saudação, Senhor Presidente, quero aqui parabenizar a V.Exa., por ter acatado e deixado o povo do Paraná entrar aqui porque esta é a Casa do povo, é aqui que o povo vem realmente dizer as suas verdadeiras necessidades, as suas verdadeiras reivindicações.

E eu, como um Deputado do interior, lá do Município de Campo Mourão - e ao saudar Campo Mourão, os meus amigos que são do DEF, que estão aqui do IAP, da saúde e também da educação, quero dizer o seguinte; neste Brasil imenso, nós vemos políticas e mais políticas que passam, os políticos falam em democracia, falam que vão fazer um ajuste para os nossos trabalhadores, e que democracia é ter o alimento, é ter uma vida digna na mesa do trabalhador, porque não é só trabalhar para pagar o Armazém no final do mês, para pagar a luz, para pagar a conta da água ou uma prestação. O nosso trabalhador hoje ele tem que ter alegria, felicidade, porque nós só somos felizes quando fazemos alguém feliz - e eu vejo hoje os nossos trabalhadores realmente numa situação difícil.

E o que nós precisamos, Senhores Deputados, é que nós acatemos a sugestão dos nossos trabalhadores, e que levemos também através do sindicato, daqueles que já fizeram aqui hoje o seu esclarecimento ao nosso Governo do Estado do Paraná, pelo que já foi resolvido pela educação, pelo salário da segurança. Nós também temos o

direito e também temos o compromisso de atender as reivindicações desses trabalhadores, porque o Governo do Paraná é um governo que está sensibilizado, e tenho certeza de uma coisa, não só os funcionários públicos estiveram aqui, distante das suas cidades, para fazerem as suas reivindicações mais justa e mais digna, para terem uma vida cortês, alegre, para poderem dar maior assistência ao seu filho e enfim à sua casa.

Quero dizer uma coisa não só ao funcionalismo público do Estado do Paraná, mas também aos trabalhadores que não têm terra, aos nossos pequenos agricultores que nós defendemos e sempre subimos à tribuna desta Casa para defender o povo do nosso interior para que as coisas verdadeiras possam acontecer no nosso Estado. Você, pequeno agricultor, que nós ultimamente mandamos através desta Casa de Leis, através do Presidente, de todos os Deputados, para que o governo tome providência, para que libere o crédito para os pequenos agricultores - mas infelizmente até hoje não saiu.

Nós, que pedimos e recebemos uma comunicação do governo e da equipe econômica aonde nós pedimos para que não se fizesse a importação de algodão nos primeiros 6 meses, porque não tem como competir - o nosso pequeno agricultor, como é que nós vamos competir com os Estados Unidos, com a Rússia.

Quando o agricultor, que já não tem crédito nenhum, vai vender o seu algodão, para exportação, em pluma, tem que pagar 15% de taxa de exportação, tem que pagar mais 13% de ICMS, enquanto o algodão que vem de fora, 50% ele é subsidiado, e aí dentro das taxas de importação e exportação.

Como é que o nosso herói, esse trabalhador, esse pequeno agricultor que sustenta todos os municípios do interior do Estado do Paraná, e este Paraná. É por isso que eu brigo, é por isso que eu não tenho vergonha de subir a esta tribuna para defender e fazer uma política justa, uma política séria, uma política sem demagogia. E vocês podem contar com o Deputado Nelson Tureck, em nome de Campo Mourão, em nome desses amigos que estão aqui hoje, porque sabemos da sinceridade, sabemos da humildade.

A união vai produzir a vitória de vocês e desse Estado do Paraná, principalmente o governo que está em Washington, já está trazendo recursos, recursos para o pequeno agricultor que se chama Paraná 12 meses, é o governo que vem com uma luz estendida Senhor Presidente, não só para o nosso agricultor, mas também para vocês funcionários públicos, no qual temos todo o respeito por vocês.

O SR. RICARDO CHAB (Questão de Ordem)
- Senhor Presidente, acho aqui hoje essa Sessão da Assembléia memorável, mas gostaria apenas como Deputado e observando discursos, a platéia inflamada, gostaria de sugerir a CUT, a Central Única dos Trabalhadores que mudasse esses nomes, porque o slogan que eles estão colocando na campanha, "Só parando para conquistar os nossos direitos". O verbo parar não nos leva a lugar nenhum, estou pedindo a substituição pelo verbo lutar, só lutando é que conquistamos os nossos direitos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Suspendendo a reunião por um minuto para podermos recepcionar um dos maiores Governadores e um dos maiores políticos desse Brasil, o ilustre Governador Miguel Arraes.

(Aplausos)

Com a palavra para saudar a nossa ilustre figura que compõem a nossa mesa Executiva, Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente Luiz Carlos Zuk, Governador Miguel Arraes do Estado de Pernambuco.

Eu era ainda criança, bastante jovem, quando as primeiras notícias dos problemas do nosso país entraram na minha mente. Eu não tinha entrado ainda no meu curso superior da Universidade, eu devia ter perto de 18 anos, quando comecei a tomar conhecimento dos gravíssimos problemas da nossa gente. E um sentimento de indignação, misturado com uma vontade de que a vida pudesse ser diferente, foi tomando conta de mim. E já quando estava na universidade, percebi que um dos graves problemas do nosso País, isso há mais de 30 anos atrás, era o problema do que os meus companheiros, meus irmãos brasileiros tinham no campo.

Fundamentalmente, Sr. Governador, Srs. Deputados, o descaso com que o Governo Federal que propagandisticamente nesses anos todos, têm falado que é fundamental gerar renda neste País, que é fundamental gerar emprego para que o nosso povo, os 32 milhões de brasileiros que estão peregrinando pelas plantações desse país, pelas favelas das nossas cidades, não tendo sequer um prato de comida para comer durante o dia, não tendo o que dar para os seus filhos de manhã, sequer pensar em garantir a escola pública para as suas crianças.

Tenho assistido que nos últimos anos o governo desse País, tem dito sistematicamente, que é necessário resolver o problema do campo do nosso País, e via de regra, esta que é uma prioridade nacional tem sido esquecida pelas autoridades dos gover-

nos que aconteceram nos últimos anos. Pelo contrário, nós assistimos, Governador Miguel Arraes, que, agora recentemente os trabalhadores numa luta sem tréguas pela reforma agrária, agora recentemente aconteceram dois fatos terríveis para a consciência democrática do povo brasileiro. Primeiro foi o massacre de Corumbiara, onde os nossos irmãos foram metralhados brutalmente.

Em segundo lugar mais recente, que o mundo todo, e agora quando o Presidente do nosso país esteve lá em Paris, na França, os franceses foram para frente da Embaixada brasileira, numa manifestação gritando: "justice, justice, justice" para os trabalhadores sem-terra do Brasil. Isto me deixa reconfortado, porque sei que tem gente de bem no resto do planeta, também olhando e passando força para que nós possamos construir um país diferente. Onde a violência contra as crianças, contra os homens, contra os idosos não seja um lugar comum na nossa vida.

Governador Miguel Arraes, é com um sentimento de emoção que, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para neste momento junto com os trabalhadores agricultores, pequenos agricultores marginalizados do processo produtivo do nosso país pretendem prestar uma homenagem a Vossa Excelência, tenha certeza de que os funcionários públicos aqui presentes que também lutam para que este Estado seja um Estado dinâmico, dê respostas as necessidades da maioria da população, porque Vossa Excelência deixou uma memória na história democrática do nosso país, memória esta que é exatamente a luta dos sem-terras, dos pequenos agricultores por um país diferente.

A sua vida, Governador Miguel Arraes é exemplo de dignidade para todos os brasileiros. Receba essa singela homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dos trabalhadores, agricultores sem-terra, dos servidores do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que concedo a palavra ao ilustre visitante Governador Miguel Arraes.

O SR. MIGUEL ARRAES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É para mim uma surpresa estar recebendo assim de repente esta homenagem. Companheiros do Paraná, sinto-me honrado, mais sobretudo satisfeito com esta honra que me concede as palavras do orador encarregado de fazer a saudação da minha pessoa. Desejo expressar a minha preocupação com o que se passa no nosso país. O desemprego cresce, há um desajustamento ainda maior nas regiões pobres do país, onde as periferias

já não mais das grandes cidades, as periferias das cidades médias, cidades pequenas que até por volta começam a se encher de gente do campo que não tem condição de lá permanecer, porque falta uma política agrícola de sustentação para milhões de famílias que vivem com o seu trabalho na terra. Temos dito que a estabilidade da moeda é necessária; que a estabilidade econômica é importante, mas que isto corre sempre o risco de se desfazer, se não tivermos junto dessas estabilidades, a estabilidade social e a tranquilidade do povo brasileiro. Sem a estabilidade social o resto pode ser um castelo de cartaz, com projetos que apenas cobrem setores da população em algumas áreas. Mas não chamam a maioria dos brasileiros.

Como vocês sabem desde muito tempo que lutamos no nosso Estado, na nossa região, lutamos com os trabalhadores e o primeiro acordo do campo, neste país, envolvendo mais de 100 mil trabalhadores da cana-de-açúcar, foi assinado no meu primeiro governo. Quando, pela primeira vez, os proprietários aceitaram se sentar na mesa com os cortadores de cana, com os homens da lavoura da região açucareira. Esse acordo, bem ou mal, perdurou só na ditadura. Porque era uma necessidade que nascia não da minha cabeça mas nascia da realidade social do Estado. E no momento que os trabalhadores tiveram condições de se organizar, puderam colocar questões irresponsáveis na negociação. Acho que tem razão o nosso companheiro quando diz que as questões da terra foram abandonadas. Eu diria que a responsabilidade por isso cabe a muita gente, a todos nós que não aprofundamos o estudo da questão da terra para lidar com esse problema, em áreas tão diversificadas como existe no Brasil.

É preciso ver a história de cada lugar, de cada área seus costumes, sua economia, a forma de trabalhar do povo. Se é fundamental lutar pela posse da terra, é também importante e necessário conhecermos como trabalhá-la, quais são as formas, os meios de conduzir nossa gente - nem sempre bem orientada - por falta de ajuda e de sustentação, por falta de educação como organizar nossa gente em todos esses lugares diferenciados num país tão grande. E o Paraná sabe, por experiência própria, muitos são da terra. Foi uma região recentemente dividida, onde as lutas foram muito fortes e depois de divididas as terras, o Paraná perdeu mais de 50 mil pequenas propriedades. E muita gente saiu em razão das calamidades naturais, mas, também, em razão do processo de expulsão e de liquidação do pequeno agricultor.

Há nesse país coisas que não suspeitamos. Os pequenos proprietários, cerca de 200 mil, pessoas do Espírito Santo, muda-

Curitiba, quarta, em 29.05.96

ram-se para o Sul do Pará, vendendo suas terras, suas pequenas glebas no Espírito Santo e comprando grandes glebas no Sul do Pará, onde se tornaram grandes proprietários, relativamente ao que eram e lá muitas das lutas se travam entre pessoas que tendo sido pequenos proprietários ganharam as terras e outros que lá não ganharam terra alguma, naquela região são frequentes e esse que trouxe a morte de muitos trabalhadores, esse apenas o mais grave que muitos outros episódios que as vezes dos quais nem sequer se tem notícia.

Nós atendemos uma discussão nacional dessas questões, achamos que essa discussão, nessa discussão cabem todas as forças políticas que se despirem dos seus preconceitos se procurarmos olhar as questões reais que estão lá embaixo no meio da sociedade. Uma discussão aberta ampla, onde os campos, se existirem campos, se destinam de forma mais clara para que os brasileiros a maioria se agrupe em torno não de questões ou de simples disputa do poder, mas se agrupem em torno das questões reais do nosso país. E aqui no Paraná, daqui podem sair vozes, sugestões, contribuição importante, pela história das lutas aqui do Paraná, pela história das lutas do sul do País.

Nós entendemos que é preciso integrar o nosso país e para integrá-lo não é preciso que ele se integre de forma equivocada lá para fora, é preciso que nós, firmada a nossa personalidade como nação para que nós nos transformemos nesse processo de globalização, não nos transformemos num simples território por onde percorram interesses os mais variados em todos os lugares, num simples território e não um país ou uma nação estruturada que sempre soube ser aberta para o mundo, pois somos a nação mais aberta para o mundo que se tem notícia, aberta para o mundo, mas para abriremos a nossa porta temos que saber como fechá-la, quem deixar entrar pelo menos saber como cumprimentar os interesses que nos procuram. Esta integração nacional passa por esta discussão que eu espero ver travada aqui e por todos os lugares deste país.

Agradeço novamente a atenção que tiveram, sinto-me honrado e emocionado pela espontaneidade que me fazem aqui no Paraná.

Muito obrigado e até outro dia.

(Aplausos)

SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Suspendendo a sessão por cinco minutos para que os Senhores Parlamentares possam cumprimentar o Governador Miguel Arraes.

(Suspensão a sessão)

Está reaberta a sessão. Liderança do Governo com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras trabalhadores, pequenos agricultores, servidores públicos e também esta figura extraordinária que é o Governador Miguel Arraes, uma referência da política nacional a exemplo de Leonel Brizola muito embora às vezes nós tenhamos algumas divergências pelas posições do companheiro Brizola. Mas são duas legendas da política brasileira que independente da cor partidária precisam ser aplaudidas, precisam ser reconhecidas por todos nós.

Senhor Presidente, Srs. Deputados. Nós hoje estamos vivendo um dia bastante movimentado. A presença em nossa Capital dos pequenos agricultores que estão aqui no Grito pela Terra, que estão acampados em Curitiba, que estiveram hoje nesta Casa e estiveram hoje pela manhã no Palácio do Governo. Não é necessário dizer e nem se tenta fazer demagogia, o que quer se dizer na verdade é aquilo que ocorre no momento. Hoje estamos todos nós aqui Parlamentares, hipotecando e irrestrita solidariedade aos pequenos agricultores porque se fizemos uma análise neste Plenário tenho certeza que talvez mais da metade que hoje está aqui de paletó e gravata tiveram talvez a mesma origem de cada um de vocês. Eu vim da região metropolitana em cima de um caminhão na mudança de meu pai, um lavrador italiano, pai de onze filhos. Aprendi da mesma forma que vocês, a trabalhar na lavoura, no cabo da enxada.

Talvez de uma outra época onde as coisas não fossem tão difíceis, hoje infelizmente é uma outra realidade. E nós todos, Governo do Estado, Parlamentares, temos absoluta certeza que naquilo que concerne ao Estado do Paraná e isso foi dito hoje pelo Governador em exercício Aníbal Khury, vamos procurar atendê-los dentro da melhor maneira possível.

Os Senhores têm hoje ainda uma audiência com o Presidente da OOPFL para ver a questão das barragens. Terão amanhã audiência com o Secretário da Agricultura Hermas Brandão para tratar da criação quem sabe, de um fundo que possa dar um investimento, uma melhoria para os pequenos agricultores, e sucessivamente vamos procurando encontrar um caminho, uma solução que também é claro e todos sabem, não passa apenas pelo Governo do Estado, passa pelo Governo Federal e que nós esperamos que tenha a devida sensibilidade para encontrar uma solução.

Também aqui estiveram e estiveram também hoje no Palácio e já na semana passada este Parlamentar, Deputado Angelo Varhoni, Deputado Augustinho Zucchi, fizemos uma

primeira reunião com alguns Sindicatos de Servidores Públicos do Estado, aqui mesmo na Assembléia Legislativa, e dali tiramos uma Comissão, que na última segunda-feira esteve na Casa Civil, em discussão com o Secretário da Casa Civil, Giovanni Gionedes, com o Secretário da Administração, Reinhold Stephanes Junior, onde foi feita a entrega de uma pauta de reivindicações, que eu também devo dizer, muito embora já não esteja mais aqui, os servidores públicos, mas eles sabem a minha posição, alguns aqui estão ainda. Sabem da nossa posição. Se durante 12 anos ficamos aqui nessa tribuna, criticando, cobrando soluções dos governos que estavam no Poder. Temos agora, a obrigação de procurar encontrar as soluções.

É isso que nós queremos fazer, é isso que nós aqui da Bancada do Governo, com aliados e até mesmo com a oposição procuramos encontrar o caminho, uma solução.

O Paraná dos novos caminhos, que hipótese alguma trazer o lixo para este Paraná, muito pelo contrário, eu não quero aqui fazer uma frase de efeito ao Deputado Romanelli, só acho que foi um tanto infeliz no seu aparte o Deputado Geraldo Cartário, mas, o Paraná dos novos caminhos, é o Paraná da modernidade, é o Paraná que quer melhorar o Estado do Paraná, trazendo para cá, quem sabe, a Renault, e tantas outras empresas que possam na verdade ajudar o crescimento, a transformar o Estado do Paraná.

Este é o Paraná dos novos caminhos. Dizer também que este Governador que hoje está no Palácio, que quando Prefeito de Curitiba, eu era seu vice-Prefeito, fez um plano de cargos e salários, que outros Prefeitos não ousaram fazer, e nós fizemos. É este Governador que quer mais do que nunca valorizar o servidor público estadual, porque é ele a razão do funcionamento da máquina do Governo, sem o servidor público evidentemente a máquina não funciona.

Então, Senhores, companheiros servidores públicos, tenho certeza, que da mesma forma como nós que intermediamos aqui, não do Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo, mas os Parlamentares, a Comissão desta Casa e essencialmente a Assembléia Legislativa, que tem tomado essa posição constantemente em vários outros assuntos de relevante importância, que é, nós fizemos aqui com o servidor público, dos professores, fizemos com a política militar, fizemos com a polícia civil, estamos tentando agora fazer com os servidores do quadro geral. Nós não podemos evidentemente admitir, que se dá um atendimento a algumas categorias e não se dê ao quadro geral, nós não seríamos justos com os servidores estaduais. Nós estamos empenhados e

tenho certeza, todos nós Parlamentares aqui, vamos procurar junto com o Governo do Estado encontrar uma solução, um caminho para que as suas reivindicações sejam atendidas. Serão todas de uma vez, porque não é possível fazer milagre, mas pelo menos algumas, as essenciais, se façam que possam ser atendidas, isto eu tenho certeza, que tanto este Parlamentar, como os demais companheiros desta Casa, estão imbuídos da maior boa vontade, no sentido de encontrarmos a solução, de encontrarmos um caminho.

Tenho certeza que no retorno do Governador Jaime Lerner, nós haveremos de sentar com esta Comissão, com os Sindicatos que já estiveram no Palácio, já por duas vezes esta semana, e que deverão retornar outras vezes, a exemplo do que fez a APP Sindicato, que veio a esta Casa reivindicar, que veio pedir aos Deputados e nós procuramos intermediar e achamos um denominador comum, caminho, se não atendemos no todo, pelo menos em parte.

É isso que nós queremos fazer, não vamos aqui fazer o discurso do sensacionalismo, o discurso emocional, o discurso para agradar a platéia, não é esse o momento, aliás, o povo nem aceita mais isso.

Temos que fazer como fez hoje, Senhor Presidente, o Governador em Exercício, e esta sempre foi a minha luta, que eu tentei mostrar aos companheiros e que é assim que se faz, o político tem que ir de encontro ao povo, porque se ele vai quando vai pedir o voto tem que se aderir quando este eleitor vem pedir o apoio para as suas reivindicações, e foi assim que fez o nosso Presidente, hoje Governador em exercício.

Tive a felicidade de poder acompanhá-lo, de ele ir com o Governador até o carro do som, onde o Governador falou, explicou e em seguida convidou os trabalhadores, pequenos agricultores para que viessem ao Palácio, não importa se é meia dúzia, dez, quinze ou vinte, lá estavam mais de cem, num dos salões do Palácio Iguaçu discutindo e levando as suas propostas.

É assim que nós queremos governar sem o emocional, sem a apelação, sem o jogo para a platéia, mas com a responsabilidade de encontrar o caminho, de encontrar as soluções para que este Estado possa não só no desejo do Governador, se transformar, ser um Estado moderno, mas é preciso transformar e deixar moderna também a sua máquina administrativa, que é a que faz o Estado funcionar.

Por isso, Senhores Servidores tenham a certeza de que nós estamos imbuídos da melhor boa vontade. Não mudamos pelo fato de estarmos hoje, aqui, na condição de Situação, antes éramos Oposição, hoje somos Situação para tentar resolver, e isso po-

dem ter a certeza que nós estamos imbuídos na melhor boa vontade, e não faltará desejo de nossa parte da Pancada Governista, de todos desta Casa de encontrarmos uma solução, tenho certeza de que isso vai acontecer num espaço menor de tempo, para que possamos, evidentemente, encontrar uma solução.

Tenho certeza, de que nós faremos o esforço nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo e Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Há sobre a Mesa Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida; protocola-se; publique-se em "Avulsos" e no "Diário da Assembleia", para conhecimento dos Senhores Deputados.

Já lida no Expediente.

Comunicado: "Em nome do Deputado Nelson Justus, Presidente da Comissão de Orçamento, informamos aos Senhores Deputados que o prazo para a apresentação de Emendas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Projeto de Lei nº 138/96 foi prorrogado até a próxima sexta-feira, dia 31 de maio, às 17:30 na Sala das Comissões."

Alerta aos Senhores Deputados, que na tarde de amanhã teremos a Sessão Solene por requerimento já aprovado do Líder Algaci Túlio, que requer a realização de uma sessão em comemoração aos 50 anos da República da Itália, e 60 anos da Escola dos Cantores São Pio X.

Convocamos a todos os Senhores Deputa-

dos que a Sessão Solene tem a validade de uma Sessão Extraordinária.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

FEDACÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 060/96, que institui o Selo Verde no Estado do Paraná. Aprovado.

FEDACÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 060/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o "Selo Verde", com o objetivo de identificar produtos e processos desenvolvidos, produzidos fabricados e/ou comercializados no Estado do Paraná, que não causem danos ao meio ambiente.

Art. 2º - Compete às Secretarias de Estado do Meio Ambiente - SEMA; Indústria e Comércio e do Desenvolvimento Econômico - SEID e da Ciência, Tecnologia e ensino Superior - SETI com participação do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, a administração e a aplicação das medidas necessárias à consecução dos objetivos de que trata esta lei.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/95, de autoria dos Deputados Péricles de Holleben Mello e outros, que altera a Lei nºs 10.981, de 27/12/94, que assegura ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, ainda que na condição de suplente, os direitos inerentes ao cargo, conforme especifica. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. E PARECER FAVORÁVEL DA C.F..

Sobre o referido projeto Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 057/95

Acrescenta ao final do art. 2º da Lei

nº 10.981/94, que é alterado pelo artigo 1º da proposição supra, logo a seguir a expressão "mais um dirigente a cada mil servidores associados", a seguinte:

"até o máximo de 16 (dezesseis) dirigentes por entidade sindical".

Sala das Sessões, em 29.05.96.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoio: Nelson Garcia, Carlos Simões, Doutor Rosinha e Emerson Nerone.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Só queria destacar na tarde de hoje, Senhor Presidente, a importância desse projeto que vem satisfazer justamente reivindicação histórica do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado, foi uma conquista que através da APP, Deputados do nosso Partido dos Trabalhadores, a Comissão de Educação, obtivemos junto ao Governo do Estado, estava presente o Líder do Governo, o Líder do PDT, alguns Secretários e garantimos a aprovação deste projeto com uma emenda, colocando o limite para 16 vagas de Dirigentes liberados. Hoje, o limite máximo é 8 nós conseguimos nesse acordo com o Governo, graças a luta dos servidores ampliar para 16 Dirigentes Sindicais liberados por cada Sindicato.

Então, parabéns aos servidores públicos, é a primeira conquista pequena, ainda, que a categoria obtém.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrada a discussão. Há uma Emenda de Plenário de autoria do último orador que se pronunciou, Deputado Péricles Mello, o projeto volta às Comissões.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/95, de autoria do Deputado Durval Amaral, que denomina Rodovia Francisco Laranjeira Villar, atual rodovia que liga o Município de Colorado à Usina de Taquarucu, passando pelo Município de Itaguajé. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 169, de 29.11.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 519/95

P A R E C E R:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Durval Amaral, denomina a PR-542 de Rodovia Francisco Laranjeira Villar.

Analisando a matéria sob o ponto de vista da constitucionalidade e da legalidade, não encontramos óbice à tramitação do Projeto de Lei nº 519/95. Contudo, a técnica legislativa da proposição merece reparos, sobretudo por ter sido omitida na redação do projeto a numeração da rodovia,

ou seja, a inscrição PR-542.

Diante do exposto, condicionamos nosso voto favorável a aprovação da emenda substitutiva apensa, corrigindo tão-somente a técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 07.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/96, de autoria do Deputado Antonio Felinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Intercâmbio Tecnológico Industrial Financeiro e Comercial - Programa Paraná - Europa, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 04, de 27.02.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 028/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Felinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a "Associação de Intercâmbio Tecnológico Industrial, Financeiro e Comercial - Programa Paraná - Europa, PPE", com sede e foro no Município de Londrina.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, regimental e constitucional, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/96, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita de Umbanda Reino de Oxalá, com sede e foro no Município de Palmas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 17, de 18.03.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 64/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Valdir Rossoni tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro Espírita de Umbanda Reino de Oxalá de Palmas.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
IRONDI PUGLIESI - Relatora

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar apenas o meu voto contrário ao item cinco, o Projeto de Lei nº 064/96, por ser contrário e achar que esta entidade de Utilidade Pública, de fato, nunca vai se tornar de Utilidade Pública por uma questão de princípios e por entender que assim ela nunca poderá proceder. Então fica registrado, que o meu voto é contrário.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Eu, pelo contrário, quero votar a favor. Entendo que é uma religião de resistência popular, a umbanda e que os vossos antepassados, ancestrais, afro-brasileiros, têm uma cultura que deve ser respeitada por todas as outras regiões. O meu voto é favorável.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Gostaria de registrar, aqui, esta liberdade, que nós temos dentro do Partido dos Trabalhadores de nos posicionarmos. E para mostrar que não é a "ferro e fogo" o processo democrático, na Bancada do Partido dos Trabalhadores, se dá assim, em todos os momentos. E temos este tipo de liberdade, porque internamente temos essa liberdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado o voto contrário do Deputado Nerone, que não entra no Reino de Oxalá e, os demais, lá estão.

(Risos)

Aprovado.

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/96 de autoria do Deputado Valdir Rossoni que autoriza o Poder Executivo, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa, contratar professores, em caráter temporário, para a instalação de Curso de Direito na Cidade de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 191/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa, contratar em caráter temporário 30 (trinta) professores, para a instalação do Curso de Direito no Município de União da Vitória, sob a forma de Campus Avançado da UEPG, nas dependências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

§ 1º - As contratações de que trata o "caput" do art. 1º obedecerá a seguinte ordem:

- 1º ano de funcionamento 07 professores total 07;
- 2º ano de funcionamento 07 professores total 14;
- 3º ano de funcionamento 06 professores total 20;
- 4º ano de funcionamento 06 professores total 26;
- 5º ano de funcionamento 04 professores total 30.

§ 2º - Os professores, que vierem ministrar as aulas, integrarão o Corpo Docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

§ 3º - Os encargos financeiros referentes com os deslocamentos (viagens) e estadia dos professores serão da responsabilidade do Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.96.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente plano de lei, estamos tentando realizar antigo sonho da comunidade de União da Vitória que é a criação de um Curso de Direito naquela região. Se faz urgente a aprovação deste projeto, para evitar que os estudantes que terminem o 2º grau e almejem cursar a carreira de bacharel de direito tenham que se deslocar de sua cidade natal.

Existe por parte das duas entidades envolvidas, a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, um grande entrosamento para que esse sonho se realize de forma satisfatória.

Assim sendo, esperamos poder contar com o apoio dos Nobres Senhores Deputados à nossa proposição, que espelha os anseios da população do valoroso Município de União da Vitória.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 191/96

P A R E C E P:

O presente projeto de lei de autoria do Nobre Deputado Valdir Rossoni visa autorizar o Poder Executivo, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa, contratar professores, em caráter temporário, para a instalação do curso de Direito na Cidade de União da Vitória.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontramos que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMERA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento n° 190, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Meu voto é favorável e quero aplaudir o trabalho que faz o meu companheiro, que foi do meu partido, o meu parceiro de campanhas eleitorais, Pola Rotina.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado o voto, em separado e declarado, do Deputado Algaci Túlio.

Requerimentos n°s. 202 e 203, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.**

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) - Tem outro requerimento, na mesa, nas mãos do Presidente, de minha autoria? Então, já passou.

Estou enviando um expediente ao Presidente da COHAB, ao Dr. Ivo Mendes Lima, pedindo para que se estabeleça, logo, o contrato entre a COHAB e o Governo do Estado, da doação de um terreno em comodato, para que a Polícia Militar possa construir uma companhia, composta com 120 homens, no Bairro Novo, lá, no Sítio Cercado.

No segundo Requerimento é um envio, pedindo um estudo à Secretaria da Segurança Pública, para que instale naquela área o 13° Distrito Policial, na Capital do Estado. Por quê? Porque nós temos naquela área, segundo o levantamento da Polícia Militar, perto de 50 mil habitantes, já. E a Prefeitura Municipal faz todo o crescimento da cidade, agora, para aquela região, visto que na semana que passou, o Prefeito de Curitiba, Rafael Greca, entregou mais alguns lotes à comunidade. Estima-se que perto de 5 mil pessoas terão de mudar, agora, nos próximos dias, ao Bairro Novo.

Então, toda aquela região do Sítio Cercado, do Bairro Novo, estão totalmente desprovida de polícia. Daí, o meu motivo do requerimento à COHAB, para que se estabeleça imediatamente esse acordo com a Secretaria da Segurança Pública para a doação do terreno e também um estudo para a implantação de um Distrito Policial.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, me somo nessa reivindicação, informando que, já na semana passada, conversando com o Secretário da Segurança Pública, com o Diretor da Polícia Civil, já estamos estudando a implantação do 13° Distrito Poli-

cial, na cidade Industrial, no Bairro Novo.

Da mesma forma, como a Prefeitura de Curitiba, já está implantando, criando um novo hospital naquela região. E mais do que nunca é necessária essa reivindicação do Deputado Ricardo Chab, na instalação de um batalhão da Polícia Militar. É a região que mais cresceu em Curitiba, nestes últimos anos e, evidentemente, ela carece de uma melhor segurança. Não tenho a menor dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente justificado.

O SR. RICARDO CHAB - Quero agradecer o apoio do Líder do Governo e também só acrescentar o seguinte, o Deputado Alborghetti, eu e o próprio Deputado Algaci Túlio, em 30 dias tivemos nessa região, Presidente, 3 latrocínios, mataram 3 pessoas para roubar. As pessoas hoje não podem sair de casa, porque se saírem roubam a casa.

Então, de repente, é necessário mesmo um trabalho de esforço da Secretaria da Segurança Pública naquela área.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente justificada e associada pelos 3 e por todos os demais Parlamentares desta Casa, unanimemente votaram o Vosso requerimento.

Requerimento n° 209, de autoria dos Srs. Deputados Emerson Nerone e Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO - Apenas para justificar esse requerimento, Senhor Presidente e para os Senhores Deputados ficarem cientes.

Presidi aqui, juntamente com um relato do Deputado Durval Amaral, uma CPI contra a prostituição infantil. E no nosso relatório aparece um dos problemas com relação às crianças, é a falta ainda, de um amparo legal quando se trata de corrupção de menores, estupro e assim por diante.

Está tramitando no Senado um projeto que altera o Código Penal do Senador José Bonifácio, no Estado de Tocantins. Pretende alterar a idade da violência ficta no crime de estupro, baixando-a de 14 para 12 anos. Isso é um absurdo, uma brincadeira que se faz com um País que se diz sério.

Essa legitimação só agrava a situação das ofendidas nesse tipo de crime, haja vista que o senso comum sempre culpa a vítima, levando a crer que esta sempre induz o criminoso à prática dessa espécie de delito, motivo pelo qual muitas mulheres deixam de denunciar os fatos às autoridades.

des. Indaga-se ainda que está sendo agilizada a aprovação de um projeto de lei, que também tramita no Congresso, no intuito de transformar o estupro em crime contra a pessoa, de autoria da Deputada Marta Suplicy.

E quero ainda me somar ao editorial da Gazeta do Povo, do Paraná, que diz também que pela lógica jurídica o Marco Aurélio de Mello, deu um "habeas corpus" para um cidadão, por ter praticado sexo com uma menina de menor idade. Então a partir da decisão da menina que tinha 12 anos, qualquer adolescente a partir de 12 anos que venha ser estuprada terá concorrido para a ocorrência de crime, isto é, esse crime passa a não mais existir, a partir dos 12 anos, que é um absurdo e não podemos concordar.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente justificado, aprovado unanimemente o requerimento de Vossas Excelências.

Requerimento n° 210, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 188, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 166, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 172 e 173, de autoria do Sr. Deputado Dr. Posinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. FLORISVALDO FIER - Gostaria de aproveitando a oportunidade de dizer a Vossa Excelência que ocupa o cargo de Presidente interino, que agilizássemos o processo de informatização da Assembléia Legislativa.

Em vista ontem a CELEPAR, conversando com o Superintendente daquela Estatal, no mês de setembro esta Casa estará ligada com fibra ótica, com todas as Secretarias do Governo, com Poder Judiciário, e não adianta chegar a fibra ótica ligando esta Casa aos demais órgãos de Governo e aos demais poderes, se depois não temos comp

acessar todos esses dados que serão colocados à disposição de todos os Parlamentares, inclusive com correio eletrônico, na qual os nossos escritórios eletrônicos na qual os nossos escritórios e requerimentos não precisa ser mais protocolado indo até lá com pasta de baixo do braço, tudo via informática, via computador.

Então estou solicitando a Vossa Excelência e se possível convidando as Lideranças para o primeiro debate, a primeira discussão da informatização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, inclusive com os dados da PRODAEN que entrarão nas fibras óticas, poderemos acessar o orçamento do Governo Federal e as emendas que lá forem aprovadas os recursos que temos para o nosso Estado.

São informações importantes que a fibra ótica passará por aqui e provavelmente se não tivermos a informatização da Assembléia, não teremos uso para essa fibra ótica, ou seja, não vamos enxergá-la, não adianta nada de ótica, se não vamos poder vê-la.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Querria dizer que o orçamento deixado pelo nosso Presidente titular, deu realmente o início da informatização da Casa que era tão somente o recurso do relógio.

Estaremos com o Presidente titular, fazendo a sua reivindicação, somando a isso que Vossa Excelência deseja.

Requerimento n° 186, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 187, de autoria do Sr. Deputado Sergio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 189, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 192, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 194 a 196 e 197, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 201 e 212, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 204, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 205, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 206, 207 e 208, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para quinta-feira, dia 30, às dez horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 519/95, 028, 064, 090, 152 e 191/96.

Marca ainda uma Sessão Solene em Comemoração aos 50 anos da República da Itália e 60 anos de atividades da Escola de Cartões São Pio X, a realizar-se às quinze horas.

Levanta-se a sessão.